

# Acção Socialista



N.º 1310 23 Julho 2008

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## “POLÍTICA AGRÍCOLA VISA REFORÇO DA COMPETITIVIDADE E DA COESÃO TERRITORIAL”



### ENTREVISTA A JAIME SILVA, MINISTRO DA AGRICULTURA, PELOS LEITORES DO “ACÇÃO SOCIALISTA”

O lançamento do PRODER, que assegura 3500 milhões de euros de ajudas para a modernização da agricultura portuguesa em sete anos, é apontado por Jaime Silva como uma das mais importantes medidas levadas a cabo pelo seu ministério. Em entrevista ao “Acção Socialista” conduzida pelos nossos leitores, o ministro da Agricultura traça uma perspectiva optimista em relação ao futuro deste sector, que, na sua opinião, deve ver na globalização uma oportunidade de desenvolvimento. Jaime Silva refere ainda que nos princípios orientadores do Plano de

Desenvolvimento Rural (PDR) está, por um lado, o reforço da competitividade da agricultura portuguesa e, por outro lado, o princípio da coesão territorial. Isto é, explica, há um plano para aplicar em todo o país e para todos os agricultores. O governante destaca ainda, em jeito de balanço, os apoios concedidos à promoção e incentivos ao consumo de produtos agro-alimentares e a reforma levada a cabo no Ministério, com uma redução de cerca de 12 mil para sete mil funcionários, o que permite libertar verbas do Orçamento de Estado para investimento. P18

Estado da Nação  
PM anunciou medidas sociais para minimizar a crise P6



Energia  
Portugal na vanguarda do novo paradigma P9

Autarquias  
Câmara de Lisboa a funcionar com transparência P3



Nesta edição  
Suplemento  
“Europa”

CONGRESSOS  
FEDERATIVOS  
PS

8 E 9  
NOVEMBRO  
2008

Datas principais	ABRIL	SETEMBRO	OUTUBRO	NOVEMBRO
Militantes com capacidade eleitoral passiva/activa - inscritos até	24 25			
Envio de Cadernos Eleitorais Actualizados		Até 6		
Reunião da CP Federação - Eleição da COC, marcação do Congresso das Ass. Eleitorais para Delegados e Presidente da Federação		Até 6		
Reclamações aos Cadernos Eleitorais		15		
Emissão dos Cadernos Eleitorais Definitivos (em caso de reclamação)		18		
Apresentação de Candidaturas a Presidente da Federação			9 10	
Envio da convocatória para a eleição do Presidente da Federação e dos Delegados ao Congresso			16 17	
Apresentação de Listas de Candidatos a Delegados ao Congresso			19 20	
Eleições do Presidente da Federação e dos Delegados ao Congresso			24 25	
Apresentação de Recursos para a COC			26 27	
Deliberação dos Recursos apresentados à COC			28 29	
Repetição da eleição do Presidente da Federação (quando necessário)				31 1

CONGRESSOS FEDERATIVOS

8 9

## OPINIÃO



RENATO SAMPAIO  
Deputado do PS

*As nossas metas são mais ambiciosas do que as próprias metas europeias, na eficiência energética e nas energias renováveis*

## ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E SEGURANÇA ENERGÉTICA

AS ALTERAÇÕES climáticas constituem um dos maiores desafios com que nos defrontamos e se defronta a Humanidade, com grandes implicações ambientais e económicas e em consequência impactos sociais negativos para o nosso país e para o mundo. A problemática das alterações climáticas está no topo da agenda política mundial, e Portugal sendo um país tão exposto não poderia nem poderá estar fora deste debate e implementar uma política que vá ao encontro das necessidades e dos desafios do momento.

Quero sublinhar a importância deste tema para Portugal. Em primeiro lugar, Portugal será um dos países europeus mais afectados, em consequências das alterações do clima, com impactos devastadores para o território, para o ambiente e para a economia, que poderá causar um drama social preocupante.

Em segundo lugar, a dependência energética de Portugal leva a que a energia seja hoje uma questão central na agenda política dos decisores. Central para a economia, central para o ambiente e central para a segurança do país.

O recente Relatório Stern vem demonstrar o impacto económico das alterações climáticas, que estima que os custos de nada fazer podem atingir 20% do PIB global até 2050, razão suficiente para que este deva ser considerado em todas as políticas a desenvolver.

E daí a importância do Protocolo de Quioto, estabelecido na sequência da Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas de 1992.

A comunidade internacional adoptou, em 1997, o Protocolo de Quioto, com vista a garantir o combate efectivo às alterações climáticas através do estabelecimento de compromissos quantificados de limitação ou redução das emissões dos seis principais gases com efeito de estufa por si regulados e tendo em vista uma redução global, até 2012, a níveis, pelo menos, 5% abaixo dos níveis de 1990.

As alterações do clima são um problema global que impõe, naturalmente, uma resposta global.

Mas não haverá resposta global bem sucedida sem que sejam tomadas medidas a nível local e regional.

É nestas matérias que o princípio de "Pensar global e agir localmente" tem maior pertinência.

Portugal aprovou o Protocolo de Quioto em Março de 2002 (através do Decreto n.º 7/2002, de 25 de Março) e a Comunidade Europeia, em Abril desse mesmo ano, veio formalizar o compromisso comunitário com a aprovação do Protocolo e do Acordo de Partilha de Responsabilidades entre os Estados membros (através da Decisão n.º 2002/358/CE, de 25 de Abril, do Conselho).

Neste acordo de partilha de responsabilidades dentro dos estados membros da UE-15, está previsto Portugal poder aumentar as suas emissões em 27% em relação a 1990.

Esta meta pode parecer permissiva, mas na verdade é muito exigente.

Assim, é ao nível regional que se devem tomar as medidas adequadas no combate às alterações climáticas

Os diferentes cenários de mudança climática projectam modificações importan-

tes do clima em Portugal, traduzindo-se em particular no aumento da temperatura e no incremento da frequência e intensidade das ondas de calor, bem como uma redução significativa da precipitação anual, colocando maiores desafios ao nível da gestão dos recursos hídricos e dos fogos florestais. O aumento das temperaturas previsto para Portugal é dos mais altos dentro da Europa. E nos riscos associados a esta alteração do clima podemos incluir desertificação e aparecimento de doenças tropicais.

Foi neste cenário que o Governo Português decidiu rever a suas metas e criar uma nova ambição, revendo os instrumentos fundamentais de combate as alterações climáticas e definindo uma política energética mais ambiciosa.

Revendo o PNAC 2006 - Programa Nacional para as Alterações Climáticas - que inclui políticas e medidas, de todos os sectores de actividade, com vista a reduzir emissões para se atingirem as metas que estão fixadas no âmbito do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades da União Europeia.

Revendo o PNALE - Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão - que regula as emissões das grandes instalações da indústria e sector eléctrico cobertas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

Mais ainda, criando o Fundo Português de Carbono (FPC), que é o instrumento financeiro do Estado que nos permitirá colmatar o défice de carbono que temos, e cumprir as nossas obrigações do Protocolo de Quioto. O Governo aprovou uma dotação de 348 milhões de euros (até 2012) para o FPC.

Até porque apesar do esforço considerável de redução de emissões, que está previsto no PNAC e no PNALE, a meta que temos que cumprir é tão exigente, que não é possível atingir apenas com políticas e medidas internas.

Mas, a implementação destas políticas, não são suficientes sem uma política energética mais eficiente que alie a economia e o ambiente, aproveitando melhor os nossos recursos naturais.

A política energética, a par das políticas de transportes e da regulação das grandes instalações industriais, são os pilares fundamentais no combate às Alterações Climáticas.

Uma nova ambição de política energética no sentido de tornar o País menos dependente e contribuir para um melhor ambiente.

Portugal está hoje na linha da frente europeia na área da Energia. As nossas metas são mais ambiciosas do que as próprias metas europeias, na eficiência energética e nas energias renováveis.

Em 2006, fomos o país da União Europeia que mais cresceu na produção de energia eólica. Em 2007, 40% da electricidade produzida em Portugal teve já origem em fontes renováveis. 40%! Isto compara com 5% no Reino Unido ou 12% em França e na Alemanha.

Mas, é preciso mais decisões e mais determinação em as implementar, porque este é o maior desafio global que a Humanidade enfrenta actualmente.

Estou certo de que o Governo e todos nós estaremos à altura desta responsabilidade, e assim contribuir para melhorar as condições de vida no planeta.

## Lançada revista "Ops!"

FOI LANÇADA a revista electrónica "Ops!", cujo principal impulsionador é o nosso camarada Manuel Alegre. Na sessão de apresentação desta publicação, de periodicidade bimensal, da Corrente de Opinião Socialista, que tem como objectivo "discutir os problemas da esquerda" e "enriquecer o debate político", teve lugar um debate sobre "Trabalho e Sindicalismo".

Para o deputado do PS, face à "ofensiva ideológica da direita", é preciso que "dentro da biodiversidade da esquerda haja novas ideias e compreender que hoje não há modelos, tem de haver a procura de soluções alternativas".

No debate, moderado pelo sociólogo Elísio Estanque, em que participaram também o secretário-geral da CGTP-IN, Manuel Carvalho da Silva, José Leitão, fundador e ex-deputado do PS, e João Correia, advogado e membro da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, Manuel Alegre lembrou que o Código Laboral de Bagão Félix "criava um grande desequilíbrio em favor dos trabalhadores, fragilizava a contratação colectiva e os sindicatos".

O deputado do PS desmontou ainda o "mito da competitividade" propagado até à exaustão pelos defensores do pensamento único neoliberal. "O problema da competitividade não está apenas num lado. Está também na organização do trabalho por parte de muitos gestores e empresários que continuam a apostar num modelo de desenvolvimento ultrapassado, porque baseado nos baixos salários e no trabalho não qualificado", disse.

Por outro lado, Alegre afirmou que "ser de esquerda é não conformar-se com as desigualdades, não aceitar esta fatalidade", acrescentando que "é preciso distribuir melhor como condição do desenvolvimento". E, a propósito, recordou que "o imposto progressivo é uma grande arma da esquerda".

Por sua vez, Carvalho da Silva considerou que "os caminhos da esquerda implicam um re-situar do lugar do trabalho" e que "tem havido um distanciamento das forças de esquerda em relação ao mundo do trabalho".

O líder da CGTP retomou as críticas à proposta de Código do Trabalho do



Governo, nomeadamente no que respeita ao articulado sobre contratação colectiva, salientando que "o mundo sindical está perante desafios imensos".

Neste quadro, Carvalho da Silva considerou de "vital importância" que os trabalhadores se organizem colectivamente, nas empresas privadas e no sector público.

Já José Leitão sublinhou que "os sindicatos têm um papel essencial na transformação da sociedade", sendo por isso "necessário valorizar o seu papel".

Quanto ao Código Laboral, disse que "há avanços significativos" no combate à precariedade, nomeadamente limitando o tempo do trabalho a termo certo, incentivando a contratação a tempo indeterminado e estatuindo sanções mais graves aos falsos recibos verdes.

Por sua vez, João Correia afirmou que "os conflitos do trabalho não estão estudados", chamando ainda a atenção para a "importância" da higiene e segurança no trabalho, matéria que, frisou, "é muitas vezes esquecida".

Neste primeiro número da "Ops!" a reforma do Código do Trabalho, a crescente conflitualidade social e o papel do sindicalismo pontificam o dossiê editado por Elísio Estanque, tendo como convidados André Freire, Ana Paula Marques, Patrícia Jerónimo, entre outros. A revista inclui ainda uma entrevista com Carvalho da Silva sobre o processo negociado do Código Laboral e as dificuldades do sindicalismo em Portugal.

De salientar ainda que cada número da "Ops!" é dedicado a um tema diferente e com um responsável editorial convidado, com plenos poderes para fazer convites a académicos e especialistas na matéria, incluindo pessoas que não sejam filiadas no PS ou membros da Corrente de Opinião Socialista, bem como independentes ou filiados em outros partidos. J.C.C.B.

## A LINHA É O NOVO CLUBE DE REFLEXÃO POLÍTICA

UM GRUPO de militantes socialistas de Cascais decidiu constituir o clube de reflexão política - A Linha, nos termos previstos nos Estatutos do Partido Socialista, o qual tem por objectivo promover a reflexão política, delinear e divulgar ideias e propostas, intervindo de forma activa no seu espectro político.

A Linha, cuja apresentação pública decorreu no passado dia 20 de Junho, assume-se como "um fórum de debate aberto à adesão e participação de todos que com ele se identifiquem e com ele queiram colaborar, não restringindo o âmbito da sua participação apenas aos militantes socialistas".

Este clube de reflexão política rege-se pelos "princípios da liberdade de pensamento e de acção, pela democraticidade do seu funcionamento e pela valorização da diversidade de perspectivas na construção

de uma sociedade livre e mais justa".

Ainda que a sua dimensão primeira de actuação seja geograficamente referenciada à linha de Cascais privilegiando uma perspectiva de "pensar global para agir local", o clube promoverá o debate e a discussão de ideias ao nível regional e nacional.

Sendo um clube de política "reclama uma concepção ampla e nobre para a sua politicidade e declara a recusa de quaisquer concepções restritivas que enclausurem a política no exercício mediático de protagonismos pessoais".

Integram este clube José Neves, fundador do PS, Fernando Montenegro, secretário-coordenador da Secção de Carcavelos, João Carvalho, da Comunidade Portuária de Lisboa, Manuel Mendes, presidente da Junta de Freguesia de S. Domingos de Rana, Vasco Graça, ex-director adjunto de educação básica do ME, entre outros.



# Uma câmara a funcionar com transparência

**Em apenas um ano, o Executivo municipal lisboeta liderado pelo camarada António Costa conseguiu liquidar metade da dívida deixada pela gestão desastrosa da direita, resolver complicados problemas laborais na câmara, dar despacho a processos de licenciamento urbano que aguardavam há muito e desbloquear investimentos. A casa está a ficar bem arrumada e agora é preciso prosseguir o rumo. No imediato impõe-se requalificar o parque escolar, reabilitar as casas e equipamentos sociais da cidade e trazer de volta os 200 mil habitantes que Lisboa perdeu.**

MARY RODRIGUES

O PS tem confiança total na liderança, na equipa e no projecto de António Costa para Lisboa. Esta a mensagem de apoio deixada pelo secretário-geral do partido, José Sócrates, no jantar comemorativo do primeiro aniversário do Executivo socialista da capital.

“Tenho muito orgulho no trabalho sério e competente de António Costa à frente da Câmara Municipal de Lisboa”, afirmou José Sócrates, no passado dia 15 de Julho, perante os militantes socialistas que se reuniram na antiga FIL da Junqueira para assinalar um ano sobre a vitória do PS nas eleições intercalares da autarquia alfacinha.

Para o líder socialista, este ano de mandato de António Costa no município lisboeta “inaugurou um novo ciclo marcado pelas palavras confiança, credibilidades, respeitabilidade e governabilidade”.

“Há um ano, o que tínhamos era uma câmara ingovernável, sem credibilidade política, uma câmara marcada fundamentalmente pelo desleixo, pela incúria e pela indiferença”, lembrou Sócrates, para depois contrapor a realidade actual, frisando que Costa “devolveu ao município prestígio”, aprofundado uma sua já conhecida “marca de seriedade e competência”.

Ao enunciar algumas das vitórias políticas de António Costa, com

destaque para o pagamento das dívidas da câmara, a manutenção do IPO em Lisboa, a modernização tecnológica alcançada e colocada ao serviço dos munícipes, a redução dos custos administrativos e a aceleração dos processos burocráticos, o secretário-geral sublinhou que, apesar de ter sido um ano difícil, “os resultados estão à vista”.

Na sua intervenção, José Sócrates vincou ainda que “a cidade e os lisboetas entendem que o projecto de António Costa é de médio prazo”, pelo que será continuado, até porque – frisou – o actual presidente da Câmara Municipal da capital “não desiste nem vira costas às dificuldades”.

Também o presidente da Câmara de Lisboa, António Costa, numa intervenção de balanço, recordou a pesada herança que o Executivo municipal socialista teve de enfrentar para conseguir tirar a cidade dos “cuidados intensivos”, centrando-se, de seguida, na explicação sobre “o que foi feito e o que se queria ter feito, mas não foi possível e porquê”.

Uma autarquia endividada em 360 milhões de euros, descredibilizada, paralisada, com enormes problemas laborais, entre os quais se destacavam especialmente os relativos aos recibos verdes, foi o cenário evocado por Costa, que fez questão de deixar patente o esforço que significou e continua a signi-



ficar para o município ter pago metade da dívida deixada pelos anteriores executivos camarários, no prazo de apenas um ano.

## Metade da dívida paga

“A câmara já pagou 180 milhões de euros dois 360 que se deviam a mais de 2000 credores sem recorrer ao empréstimo, vetado pelo Tribunal de Contas”, disse o actual edil alfacinha, indicando que, com esta verba, poderiam ter sido construídas “60 novas escolas” e “dez túneis do Marquês”.

“Foi isto que conseguimos poupar e pagar aos credores” prosseguiu, adiantando que o orçamento deste ano da autarquia representou um corte de cerca de 30% em relação ao ano anterior.

Neste ano – disse – inventariaram-se todos os prédios devolutos visando colocar a curto prazo 600 no mercado, negociou-se um empréstimo para a requalificação do parque habitacional lisboeta, agilizaram-se processos de licenciamento urbanístico que aguardavam

resolução há anos, desbloquearam-se investimentos, ultimam-se os planos de reabilitação de Alcântara, da Baixa e da Avenida da Liberdade, criou-se o Conselho Consultivo do Plano Director Municipal (PDM), entrou em vigor o “Licenciamento Aberto” (medida inserida no programa de simplificação administrativa de Lisboa, Simplis) e avança-se com o corredor verde de Monsanto desde Campolide, concretizando o que classificou como uma “gestão integrada da cidade”.

António Costa reiterou, assim, que este seu primeiro ano de mandato foi passado a cumprir o compromisso assumido com os eleitores de Lisboa: “Pôr a câmara a funcionar” e com “transparência”.

Mas, apesar de estar já fora dos cuidados intensivos, “Lisboa continua em estado crítico”, reconheceu o autarca, que não se esqueceu de saudar, no seu discurso, o trabalho de todos os seus vereadores.

Com os olhos postos no trabalho que ainda resta por fazer, António Costa disse que a Câmara Municipal da capital tem uma nova prioridade de futuro que passa por

recuperar o parque habitacional e escolar, estando previstas obras em 80 das 90 escolas da cidade e a construção de sete novos estabelecimentos de ensino.

Ao concluir a sua intervenção, Costa falou sobre a importância de “agarrar as oportunidades” que o TGV e o novo aeroporto da capital oferecem à cidade, afirmando-se com mais vontade e empenho no trabalho do que há um ano atrás, porque “Lisboa merece entusiasmo” e “vai certamente para a frente, mais um, mais dois, mais três, certamente mais seis anos”.

A encerrar o ciclo de intervenções deste jantar da família socialista alfacinha, o presidente da Concelhia de Lisboa, Miguel Coelho, afirmou que António Costa “imprimiu uma nova forma de governar a cidade, apostando na proximidade com os cidadãos” e já “pode orgulhar-se da obra feita”.

De seguida, o líder concelhio garantiu a “total mobilização e apoio do PS/Lisboa para o projecto de seis anos de António Costa à frente do Executivo camarário, “pelo bem da cidade e dos lisboetas”.



## OPINIÃO



ARTUR PENEDOS

*O combate à precariedade, a efectividade das leis e a negociação colectiva são a razão de ser da revisão do Código do Trabalho*

## E VÃO SEIS! O GOVERNO DE JOSÉ SÓCRATES SOMA E SEGUE!

O GOVERNO de Sócrates deu aos trabalhadores portugueses, de forma negociada, concertada, o que nenhum outro governante tinha conseguido: o maior crescimento anual do salário mínimo nacional, uma segurança social financeiramente sustentável, aumentos de pensões de reforma libertos dos ciclos eleitorais e baseados na vida real.

Em três anos o Governo de José Sócrates celebrou seis acordos de Concertação Social e demonstrou, de forma inequívoca, que está vocacionado para responder aos desafios, através de uma acção política moderna, norteadas por valores sociais e humanos que favorecem os interesses dos trabalhadores, das empresas e da economia.

Esta orientação política parece não agradar a comunistas, bloquistas e ao seu braço sindical – a CGTP.

O receio que patenteiam perante a possibilidade de virem a perder importância social e eleitoral leva-os a usar das mais diversas (e condenáveis) artimanhas para enganar os trabalhadores e o país. É uma atitude própria de quem teme a paz social, a negociação e a normalidade das relações laborais.

Mas, por mais manifestações que possam fazer, jamais conseguirão contrariar a verdade. Essa, como bem sabemos, está demonstrada: os acordos conseguidos na Concertação Social falam por si e os efeitos obtidos contrariam as suas teses.

Por mais que lhes custe aceitar, o Governo de Sócrates deu aos trabalhadores portugueses, de forma negociada, concertada, o que nenhum outro governante tinha conseguido: o maior crescimento anual do salário mínimo nacional, uma segurança social financeiramente sustentável, aumentos de pensões de reforma libertos dos ciclos eleitorais e baseados na vida real (a inflação verificada) e não em quimeras (a inflação esperada que raramente se confirma) e outros benefícios sociais bem conhecidos do país.

PCP e Bloco de Esquerda perceberam, mais uma vez, que o Governo se mantém no rumo certo – no combate à precariedade – e, por isso, tentaram, desesperadamente, impedir a concretização de mais um acordo com quem verdadeiramente representa o mundo do trabalho.

Ainda não eram conhecidas as propostas do Governo sobre a revisão do Código do Trabalho e já se promovia a

agitação social, se anunciava a catástrofe e se procurava condicionar a liberdade do movimento sindical.

Foi uma tentativa de regresso ao tempo em que o Comité Central do PCP, através de Domingos Abrantes, dizia ao país que a CGTP não subscreveria nenhum acordo.

A estratégia não resultou! Desta vez não conseguiram evitar a materialização de um acordo que serve o país e que honra quem se empenhou na sua concretização!

Quem acompanha a acção política nacional não estranha estes comportamentos e sabe bem o domínio que o PCP exerce sobre a CGTP, bem como as tentativas do BE para lhe disputar esse poder.

Para que não restem dúvidas ou para evitar leituras menos próprias sobre as minhas motivações, vou socorrer-me de um episódio vivido pelo actual secretário-geral do PCP e retratado no semanário “Expresso”, de 25.09.2004, que divulga uma conversa entre o secretário nacional sindical do PC do Brasil, João Batista Lemos, e Jerónimo de Sousa, onde este assume que o Partido Comunista Português domina a CGTP-IN, em 70%.

Esse episódio, volto a repetir (passe a publicidade ao “Expresso”), serve apenas para despertar os menos atentos, os que por mero desconhecimento se deixam embalar pelo canto da sereia – neste caso com “barbatanas” de barro – e possibilitam a exibição de uma independência, que de facto não existe e nunca existiu.

Para o ilustrar, permito-me utilizar uma das afirmações contidas no referido semanário: «Hoje temos hegemonia na maior central sindical dos trabalhadores de Portugal, a CGTP-IN, controlamos 70% da sua representação, conquistamos esta hegemonia porque sempre consideramos a empresa como área de trabalho e o local estratégico da organização do Partido (...)».

Pelas acções desenvolvidas nos últimos tempos, o PCP já não consegue limitar-se ao espaço das empresas, das praças e das ruas e, por isso, com o seu “braço” sindical, decidiu que, também as áreas envolventes às instalações ou locais de reunião do PS passavam a ser local estratégico da organização do Partido, especialmente quando o secretário-geral, José Sócrates, aí se deslocava para reunir com os membros do partido (Quem não se recorda, ainda, das manifestações de Castelo Branco, Évora e Largo do Rato?).

Esta prática, entretanto

abandonada, não pode deixar de merecer o mais vivo repúdio e condenação por configurar um atentado à liberdade e ao exercício da actividade político-partidária.

Retomando a notícia do “Expresso” e para se perceber a dimensão das ligações de dependência entre central sindical/partido, vale a pena prestar atenção às “confissões” comunistas sobre o seu modelo de organização, bem como à forma como eles “dominam e orientam” a CGTP.

Para o ilustrar basta citar João Batista Lemos, do PC do B, que diz: “Os comunistas da direcção da CGTP-IN se compõem em uma célula que é acompanhada directamente pelo Comité Central, a célula discute todas as tarefas políticas e gerais do Partido”.

Acrescentando, mais adiante que: “Um organismo de funcionários, que são quadros profissionalizados e ligados ao Comité Central acompanha os organismos de cada Federação Nacional, como metalúrgicos, professores, trabalhadores agrícolas”. E, para que não reste mesmo a menor dúvida, pode ainda ler-se “(...) a Comissão Sindical, responsável pelo trabalho geral do Partido na frente sindical (...) Elabora propostas para o CC e para a CGTP-IN...”, isto é, o mesmo órgão orienta o Comité Central e a Central Sindical!

Penso que a explicação que nos é dada pelo PC do B não deixa margem para dúvidas sobre o recurso do PCP à agitação social e, por isso, reafirmo o que tenho vindo a escrever sobre a qualidade da proposta de revisão do Código do Trabalho que o Governo acaba de apresentar à Assembleia da República.

Trata-se de uma revisão que serve os interesses dos trabalhadores e da economia nacional. A negociação desenvolvida na concertação social, à margem da qual a CGTP se colocou deliberadamente, trará melhorias substanciais, especialmente nas áreas da natalidade, das políticas activas de emprego e no despedimento individual sem justa causa.

O despedimento por inadaptação mantém a formulação que lhe foi dada em 1991 – 17 anos atrás. O combate à precariedade, a efectividade das leis e a negociação colectiva são a razão de ser da revisão do Código do Trabalho.

Os caminhos da modernidade conduziram a um acordo que honra os que nele se envolveram responsabilmente.

O Governo e os parceiros sociais estão de parabéns.

## Portugal está preparado para enfrentar crise internacional



REAGINDO à previsão do Banco de Portugal, o primeiro-ministro afirmou que a revisão em baixa do crescimento da economia reflecte os “números já esperados” face ao arrefecimento económico registado tanto na Europa como nos Estados Unidos.

“São números esperados”, disse José Sócrates, recordando as palavras do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, quando este atribui a presente crise a factores predominantemente ligados à grave conjuntura internacional.

À margem do jantar comemorativo do 1º aniversário de António Costa à frente do município de Lisboa, o primeiro-ministro lembrou, contudo, que Portugal é dos países da zona euro que menos têm contribuído para a taxa de inflação, acentuando alguns valores positivos na economia portuguesa, como a evolução favorável do emprego ou o indicador de produtividade, que terá acelerado para cerca de 1,7%, cenário que o Sócrates diz poder representar o reflexo de uma sustentada recuperação da actividade económica, apesar “de atravessarmos um contexto de crise económica mundial”.

Também para o ministro das Finanças esta revisão em baixa do crescimento económico em Portugal resulta de uma conjuntura que classificou de “particularmente delicada e difícil” da situação internacional com as taxas de juro a subir, situando-se, como recordou, “bem acima das que eram praticadas há apenas um ano”, ou ainda como resultado do agravamento “muito significativo” do preço do barril de petróleo e de outras matérias-primas, nomeadamente alimentares.

Teixeira dos Santos defende que, face à actual situação, o país deve encarar com “serenidade, determinação e confiança” o seu futuro, mantendo e apoiando o conjunto de políticas e de reformas que o Governo tem vindo a empreender, de forma a permitir que Portugal possa “resistir melhor a esta situação”, algo que não aconteceria, disse, se entretanto nenhuma reforma tivesse

sido feita ou se o país, “não tivesse já tomado um conjunto de medidas e de correcções e iniciado reformas importantes”.

Sobre a previsão do investimento, que o Banco de Portugal situa este ano em 1%, contra os 3,3% por si anteriormente projectados, o ministro das Finanças recorda que “apesar desta desaceleração”, os investimentos têm vindo a registar uma progressão positiva, facto que denota, em sua opinião, que os empresários portugueses, mesmo perante um quadro económico difícil como aquele que o país atravessa, “querem resistir e não têm desistido de levar em frente projectos de investimentos de grande envergadura para o país e para a sua economia”.

Contudo, e apesar dos dados económicos apontarem para uma efectiva desaceleração do crescimento económico português, Teixeira dos Santos manifestou algum optimismo, recordando que este arrefecimento é, apesar de tudo, “bastante menor do que o registado em outros países europeus”, nomeadamente em Espanha ou no Reino Unido, países que se encontram, como sublinhou, “à beira de uma recessão”.

Por sua vez, para o ministro da Economia, Manuel Pinho, o caminho mais aconselhável para que o país possa enfrentar com sucesso o “brutal choque” que a conjuntura externa está a trazer para Portugal, é “dotá-lo com um rumo claro”, que em sua opinião passa pelo apoio, quer às PME (pequenas e médias empresas), quer às grandes empresas, garantindo que o Governo irá continuar “a tomar as medidas necessárias para apoiar os sectores mais atingidos pela situação internacional”.

Reconhecendo que o país precisa de crescer economicamente mais do que as previsões do Banco de Portugal, o ministro da Economia sublinhou, contudo, que este “um por cento previsto, representa, apesar de tudo” um crescimento claramente superior ao somatório verificado nos anos de 2002, 2003 e 2004”. R.S.A.



# Combate fundamental é contra a direita

JANTAR DO GP/PS

O “COMBATE fundamental” até ao final da legislatura vai ser contra a direita, afirmou o secretário-geral do PS, José Sócrates, acrescentando ser de um partido em que “era absolutamente impossível que um líder dissesse que a família se destina à procriação.

Discursando no dia 10, no jantar de encerramento da sessão legislativa do Grupo Parlamentar do PS, José Sócrates sublinhou as “diferenças” entre o PS e a direita. “Queremos enfrentar as actuais dificuldades com energia e coragem mas a direita pensa que pode prejudicar o Governo fazendo parar o país. Estão enganados com essa atitude só prejudicam os portugueses e o futuro do país”, disse.

“Entre nós e a direita há uma diferença de valores e de mundivisão. É impossível uma pessoa do PS dizer que a família se destina à procriação, porque é uma frase pré-moderna e até pré-concílio do Vaticano II”, referiu, numa alusão às recentes declarações da líder do PSD.

Ao contrário da direita, pros-



seguir, “nós não desistimos do Estado Social”, e acusou o PSD de pretender que a classe média pague o Serviço Nacional de Saúde (SNS) como contribuinte e como utente.

“Os socialistas defendem o SNS universal e tendencialmente gratuito, porque é um factor de igualdade e de coesão social”, disse, reiterando que o PS se separa da direita ao pretender uma Segurança Social pública.

Também o líder parlamentar do PS, Alberto Martins, alertou os deputados da sua bancada “para a

dificuldade política” do próximo ano, com três actos eleitorais: europeias, legislativas e autárquicas.

“Queremos apresentar-nos aos portugueses como aqueles que estão seguros do caminho a percorrer”, declarou.

Tal como Sócrates, também Alberto Martins criticou o PSD por ter “uma lógica sebastianista”.

“Temos de vencer as intrigas, as mentiras e esse mal português tradicional de esperar sempre que o dia de amanhã seja melhor, nem nada fazermos para tal”, disse.

OPINIÃO



**HORÁCIO ANTUNES**  
Deputado do PS

*É essencial prosseguir na promoção de campanhas que contrariem os comportamentos de risco durante o período crítico*

## PORTUGAL SEM FOGOS DEPENDE DE TODOS!

ESTAMOS em pleno período crítico de incêndios florestais. Até ao seu término, no dia 15 de Outubro, não é permitido realizar fogueiras nem queimar os sobrantes das explorações agrícolas e florestais. Cuidados que não são de mais. Basta recordar aquele dia trágico de Julho de 2006 em que na sequência de um incêndio iniciado por um acto negligente vieram a falecer seis combatentes.

São mais três meses de desafio constante para o dispositivo de combate aos incêndios florestais. Mas este é um desafio que se coloca sobretudo a montante, na prevenção, na redução do número de ignições.

Um factor crítico para o sucesso da política de Defesa da Floresta Contra Incêndios passa indiscutivelmente pela sensibilização dos cidadãos para evitarem os comportamentos de risco. As estatísticas das causas dos incêndios florestais identificam os actos negligentes dos cidadãos como o grande factor da maioria das ignições.

A sensibilização, numa óptica da participação e responsabilização dos cidadãos para a minimização do flagelo dos incêndios florestais, é uma das vertentes mais importantes da prevenção estrutural. Disso tem dado conta a Assembleia da República nos seus relatórios, tendo recomendado ao Governo no sentido de “sensibilizar os cidadãos para a importância do seu envolvimento através da comunicação imediata dos alertas, utilizando para o efeito os números de emergência. Além disso, também é essencial prosseguir na promoção de campanhas que contrariem os comportamentos de risco durante o período crítico, designadamente o lançamento de foguetes e a queima de sobrantes da actividade agrícola e florestal”.

A consolidação a que temos assistido da campanha nacional de sensibilização conjunta do Ministério da Administração Interna e do Ministério da Agricultura e o envolvimento da sociedade civil, através do Movimento ECO – Empresas Contra o Fogo, são aspectos que marcam uma ruptura com os erros e desperdícios de fundos do passado. Sinais de uma política responsável e atenta às preocupações da sociedade portuguesa.

Numa altura em que o calor aperta e os termómetros já ultrapassam os 30.º C é determinante o empenho de todos os portugueses na prevenção dos incêndios florestais. “Portugal sem fogos depende de todos!”

## Socialistas debatem presente e futuro do sindicalismo

QUAL o papel que devem desempenhar e/ou desempenham os sindicatos na actualidade? A resposta a esta questão animou o segundo debate do ciclo de encontros mensais nas secções do PS do concelho de Vila Franca de Xira subordinado a esta temática.

A iniciativa, promovida conjuntamente pela Comissão Política Concelhia de Vila Franca e pela Secção de Sobralinho, contou com a participação de Paula Bernardo, membro da Comissão Permanente da UGT, e de Óscar Soares, vice-coordenador da Corrente Sindical Socialista na CGTP.

Na Casa da Juventude do Sobralinho, Paula Bernardo centrou a sua intervenção na ideia-chave segundo a qual “não há democracia sem sindicatos”.

Para a representante da UGT, o sistema democrático é indissociável da existência de associações sindicais.

“Os sindicatos são um poder em si, devem ter o seu papel claramente definido na Constituição, papel esse que deve afirmar-se pelas competências que lhes são cometidas, pelos direitos que lhes estão conferidos e pelos direitos de que são guardiães”, afirmou Paula Bernardo, para quem o movimento sindical continua a ter a sua agenda própria e uma intervenção pautada

essencialmente pelo diálogo social e a negociação colectiva.

Face aos novos desafios económicos e sociais que se colocam um pouco por toda a Europa, à pressão para a desregulação do emprego, à redução de direitos dos trabalhadores e, no geral, à crise internacional, Paula Bernardo reclamou para os sindicatos um papel de ainda maior importância e responsabilidade, pelo que desaconselhou uma postura “puramente reivindicativa” que não tenha em linha de conta a situação económico-financeira das empresas e sectores ou a sustentabilidade do crescimento do país.

“A conflitualidade poderá ser um importante factor de mudança, desde que tenha como objectivo central a criação de condições para promover a negociação e a procura dos necessários consensos sociais”, advogou a sindicalista da UGT.

Depois, lembrou que os sindicatos tiveram que encontrar novos mecanismos, formas e sedes de intervenção face a políticas laborais que já não se definem ou dependem apenas do plano interno.

“A filiação sindical internacional é, por isso, um elemento central de resposta ao afastamento dos centros de decisão e de poder”, disse, acrescentando que nesse contexto cada vez mais alargado, “o trabalho

está a mudar e, portanto, também os sindicatos têm que mudar, certamente no respeito pelos seus valores e objectivos fundamentais, defendendo que o progresso económico e social caminham lado a lado”.

Também Óscar Soares, em apresentação da Corrente Socialista na CGTP, sublinhou o carácter vital de que se reveste o movimento sindical no desenvolvimento de uma sociedade democrática, defendendo um sindicalismo reivindicativo quando necessário, mas sempre participado e promotor de um conhecimento da realidade que ajude os governos e os partidos no exercício do poder a encontrarem as respostas mais adequadas às problemáticas do momento no mundo do trabalho.

Segundo Soares, acções de pressão como as greves e manifestações devem ter um carácter reivindicativo útil, não fazendo sentido após o encerramento de um processo negocial em que a decisões já foram tomadas, mas no decorrer deste.

Exemplificando com a recente experiência no sector educativo, Óscar Soares destacou igualmente a necessidade dos sindicatos serem capazes e estarem abertos a chegar a acordos vantajosos que ajudem efectivamente na resolução de problemas e conflitos. **M.R.**

O “Acção Socialista” suspende, como é hábito, a sua publicação durante o mês de Agosto. Votos de boas férias a todos os camaradas.



# Mais e novas medidas o impacto da crise interna

**Alargamento da acção social escolar no ensino básico e secundário, medida que abrangerá mais de 400 mil alunos, criação do passe escolar para jovens nos transportes públicos, majorações de 50% na dedução das despesas com habitação, que podem atingir os 879 euros, para os contribuintes com menores rendimentos, descida do IMI com o alargamento da isenção do pagamento deste imposto e a aplicação de uma taxa sobre as mais-valias dos stocks petrolíferos, foram as principais iniciativas anunciadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates no Parlamento, durante o debate do estado da Nação, com vista a minimizar o impacto da crise internacional no nosso país.**

RUI SOLANO DE ALMEIDA

JOSÉ Sócrates desafiou o PSD a definir quais os investimentos públicos que o país deve ou não fazer e esclarecer os portugueses que estradas, ferrovias, hospitais, escolas ou barragens se devem ou não construir nos próximos anos, no que foi interpretado como um contra-ataque às recentes declarações da líder da oposição em entrevista a um canal de televisão.

Para o primeiro-ministro, aqueles que estão a pôr em causa os investimentos públicos já anunciados pelo Governo, “podem pedir as explicações que quiserem”, mas são eles, disse, “quem verdadeiramente devem dar explicações ao país”.

Questionar ou pôr em causa os investimentos públicos em sectores “tão importantes para o progresso e a competitividade de Portugal”, como são particularmente as obras em novas estradas, barragens, o novo aeroporto de Lisboa, em Alcochete, ou o comboio de alta velocidade, representam, para o primeiro-ministro, uma atitude de verdadeira “ausência de responsabilidade institucional”.

Sócrates recordou, a propósito da alta velocidade, que em 2004 o Governo, então liderado pelo PSD/CDS, comprometeu-se com o país e com a vizinha Espanha a avançar para a construção de cinco linhas do TGV, tendo na altura definido datas, traçados e estações, questionando o primeiro-ministro a legitimidade do PSD, agora que o projecto foi alvo de um redimensionamento por este Governo, “em vir atacar a construção de apenas duas linhas”, Lisboa/Madrid e Lisboa/Porto, quando em 2004 “se comprometeram com o dobro”.

Lançar suspeições sobre as obras públicas, sem se avançar com alternativas, e recuperar o velho discurso “do país de tanga”, agora na versão actualizada de o “país não tem dinheiro para nada”, atitude que tão maus resultados trouxe ao

país e à sua economia, denota, na opinião de José Sócrates, o verdadeiro estado em que se encontra o PSD, onde prolifera a falta de coragem e de clareza e uma “obvia incoerência política”.

## As reformas avançaram

Pelo contrário, sublinhou, este Governo sempre olhou para o futuro com esperança e determinação, e se, por um lado, avançou desde muito cedo com medidas duras mas necessárias no sentido de controlar a despesa pública e o défice orçamental, aplicando uma política “de rigorosa disciplina”, por outro, não deixou “nem um instante” de acelerar um conjunto de reformas de fundo tendo em vista a modernização da economia, criando espaço para que os portugueses possam adquirir mais qualificações e melhores empregos.

Objectivos que na opinião do primeiro-ministro não teriam sido atingidos se o Governo não tivesse de forma determinada percorrido a via reformista, avançando com a reorganização da Administração Pública, Justiça, Segurança Social ou criado um novo Código do Trabalho, entre outras reformas, mas também introduzindo mecanismos de modernização na gestão das escolas básicas e secundárias ou aprovado novas medidas em relação à avaliação e ao desempenho do pessoal docente.

Sócrates lembrou ainda a reforma do Parlamento, do Serviço Nacional de Saúde, ou ainda a revisão do subsídio de desemprego, o complemento solidário para idosos, o aumento “histórico do salário mínimo nacional”, a redução em 50% das taxas moderadoras para maiores de 65 anos, o financiamento da acção social das IPSS, o programa PARES, a duplicação das deduções fiscais por cada filho menor de três anos, a duplicação do abono de família para o segundo filho e triplicação para o terceiro e seguintes,





# Medidas para minimizar a crise económica internacional em Portugal



o novo abono pré-natal, o aumento extraordinário em 25% do abono de família, para as famílias do primeiro e segundo escalão ou ainda a recente descida do IVA, prova real e concreta, disse, de que o Governo “é fiel ao seu programa”, prosseguindo com determinação as mudanças de que o país necessita, “sem qualquer cálculo eleitoralista”.

## Disciplina orçamental

A disciplina orçamental, disse o primeiro-ministro, tem sido “um ponto essencial da acção do Governo”, que em dois anos conseguiu resolver “a gravíssima crise que herdámos”.

Graças ao equilíbrio alcançado nas contas públicas, defendeu, “e porque soubemos fazer bem, onde outros falharam”, o país conseguiu resolver a tempo o problema do défice orçamental excessivo, estando hoje preparado e em melhores condições, não só para enfrentar a difícil conjuntura económica internacional, mas também para poder concretizar e consolidar novas medidas de carácter social, que procuram apoiar as famílias “aliviando-as de algumas das suas despesas básicas”.

É o caso, por exemplo, da alteração proposta para o cálculo da dedução à colecta dos encargos com juros de empréstimos à habitação própria e permanente, que actualmente obriga todos os contribuintes a deduzirem por igual, ou seja, 586 euros à colecta do IRS, e que, com as mudanças anunciadas pelo Governo, vai permitir o princípio da progressividade, proporcionando aos titulares de menores rendimentos deduzir mais que os restantes. A par desta iniciativa, o primeiro-ministro anunciou ainda um aumento substancial no montante que os contribuintes de menores rendimentos poderão deduzir.

Assim, para os contribuintes do primeiro e segundo escalão do IRS haverá uma majoração de 50%, ou seja, passarão a poder deduzir 879 euros. No terceiro escalão, a dedução, como garantiu o chefe do Governo, poderá ir até aos 703 euros, isto é, uma majoração de 20%.

Mas esta iniciativa atinge ainda o quarto escalão, aquele que vai até aos 40 mil euros de matéria colectável, sendo aqui a majoração de 10%, ou seja, um abate à colecta de 644 euros. Tal como garantiu o primeiro-ministro no Parlamento, estas medidas “aplicam-se já aos rendimentos de 2008” e vão beneficiar perto de um milhão de agregados familiares.

Uma outra medida de natureza fiscal anunciada pelo primeiro-

ministro reporta-se aos valores do IMI, um imposto que, defendeu, “tornou-se um sorvedouro de recursos familiares”.

Sem prejuízo de novas mexidas na lei, “que já se encontram em preparação”, corrigir os exageros do IMI, é, para o primeiro-ministro, “uma urgência”, de justiça social e fiscal, mas também de “respeito por um grande número de famílias portuguesas”.

Neste sentido, disse, o Governo aprovou um conjunto de medidas destinadas a travar o aumento imoderado da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis fazendo deste modo baixar significativamente o imposto pago por muitas famílias.

Assim, a primeira medida anunciada passa pelo alargamento do período de isenção de pagamento do imposto após a compra de prédio para habitação própria e permanente, prolongando-o em mais dois anos para as casas até 157.500 euros de valor patrimonial tributário, ou seja, de seis para oito anos, e em um ano para os prédios entre aquele

depende exclusivamente do Banco Central Europeu (BCE), impondo-se, por isso, como defendeu, que o Parlamento “use os instrumentos fiscais ao seu dispor” de modo a ajudar as famílias de menores rendimentos “a acomodar melhor os seus encargos com a habitação”.

## Apoios às famílias nos transportes

As medidas de carácter social que o primeiro-ministro anunciou no Parlamento, não ficaram contudo confinadas apenas ao sector da habitação. Também nas áreas dos transportes públicos e na acção social escolar foram anunciadas algumas iniciativas que mereceram já o apoio de muitas associações de pais e de encarregados de educação.

Os sucessivos aumentos do preço do barril de petróleo têm vindo a alterar, sobretudo no último ano e de forma determinante, o quotidiano da economia mundial. Portugal, país ainda muito dependente da importação de energia fóssil, tem que saber, como alertou José Só-

crates, José Sócrates anunciou durante o debate do estado da Nação a criação de um novo passe para os transportes públicos urbanos, o passe escolar, destinado a todas as crianças e jovens, dos quatro aos 18 anos, medida que passa a garantir, de imediato, a redução para metade do valor mensal da assinatura de cada tipo de transporte, colocando, por outro lado, um ponto final em relação às disparidades que hoje se verificam na definição do tarifário segundo grupos etários.

Finalmente, realçou que a criação deste passe, para lá de constituir uma ajuda directa às famílias, vai certamente “incentivar desde a infância a utilização regular de transporte colectivo, como alternativa ao transporte individual”.

## Pais manifestam apoio às medidas do Governo

Ainda para os mais jovens, o primeiro-ministro anunciou o alargamento da acção social escolar no ensino básico e secundário, sobretudo voltado para as famílias mais carenciadas, pretendendo assim conceber um cenário de combate ao abandono e ao insucesso escolar, com a criação de novos critérios de atribuição do primeiro e segundo escalão do abono de família que servirão “automaticamente para a acção escolar”, libertando, deste modo, como frisou, “as famílias e as escolas de mais burocracia” e abrindo um espaço de maior transparência no processo de atribuição de apoios, alargando, simultaneamente, o número de alunos beneficiários da acção social escolar.

Diversas associações de pais e de encarregados de educação congratularam-se já com o anúncio do primeiro-ministro no Parlamento, sublinhando que vêm com “bons olhos” o anúncio do alargamento da acção social escolar.

Com esta medida passam a ficar abrangidos cerca de 400 mil alunos, o que é relevante, como defendeu o chefe do Governo, num momento em que as famílias “lutam com acrescidas dificuldades para fazerem frente às muitas despesas com que se confrontam”.

Tal como acentuou o primeiro-ministro, o enquadramento automático na acção social escolar a alguém que esteja no rendimento A e B do abono de família “torna o processo transparente”, evitando que os encarregados de educação sejam submetidos a entrevistas e inquéritos nas escolas que “para muitos eram processos vexatório”, o que levava, por outro lado, não poucas vezes, a que muitos “nem sequer se candidatassem ao apoio”.

## MEDIDAS SOCIAIS PARA COMBATER A CRISE ECONÓMICA INTERNACIONAL

1. Manuais escolares gratuitos para mais de 400 mil alunos
2. Acção Social Escolar estendida a mais 215 mil estudantes
3. Baixa do IMI e aumento da isenção para as famílias mais carenciadas
4. Aumento das deduções em sede de IRS com as despesas de habitação para os contribuintes do primeiro e segundo escalão
5. Novos passes sociais para jovens
6. Imposto extraordinário de 25% sobre as mais-valias dos stocks petrolíferos

valor e os 236.250 euros, que neste caso passa de três para quatro anos. Este alargamento, nas contas do Governo, vai beneficiar cerca de 428 mil agregados familiares.

Ainda no que respeita ao IMI, o Executivo aprovou uma segunda medida que vai permitir reduzir a taxa máxima deste imposto de 0,8 para 0,7 no caso dos prédios não avaliados e de 0,5 para 0,4 no caso de prédios já avaliados. No primeiro caso, beneficiam desta medida, segundo o primeiro-ministro, um milhão e setecentos mil proprietários, enquanto no segundo quadro a medida atingirá cerca de 400 mil proprietários.

A par das alterações introduzidas no IMI, território onde o Executivo pode actuar, o Governo tem, por outro lado, “plena consciência das dificuldades originadas pela acentuada subida das taxas de juro”, matéria que

crates, enfrentar o terceiro choque petrolífero de forma determinada encontrando os caminhos mais seguros e tecnicamente melhor sustentados investindo nas energias renováveis e na promoção da eficiência energética, processo que o actual Governo tem vindo a desenvolver e a acarinhar desde há cerca de três anos.

Paralelamente a este objectivo, como sublinhou ainda o primeiro-ministro, há também que criar um quadro favorável tendente a incentivar que um maior número possível de portugueses passe a utilizar os transportes públicos.

Por parte do Executivo, recordou Sócrates, a mensagem transmitida tem sido clara, nomeadamente quando decidiu congelar o preço de todos os tipos de passes sociais e assinaturas.

Com o objectivo de reforçar esta



# Falta coerência à oposição

## DEBATE DO ESTADO DA NAÇÃO

PARA o líder do GP/PS, Alberto Martins, o que tem faltado aos partidos da oposição, “sobretudo ao PSD”, é uma linha de coerência e uma estratégia clara de alternativa.

Por tudo o que tem vindo a afirmar e a defender, o PSD, na opinião do líder parlamentar socialista, mostra que está desorientado “e sem qualquer linha de rumo”.

Onde devia haver ideias claras, disse Alberto Martins, “reina uma enorme desorientação” e numa altura em que o país precisava que o maior partido da oposição estivesse a olhar para o futuro, o PSD prefere “o discurso do regresso ao passado de tão má memória para todos os portugueses”.

Já o deputado socialista Afonso Candal veio recordar o que considerou serem duas ou três evidências que “é preciso lembrar ao PSD e à sua nova líder”.

Desde logo, disse, é preciso saber o que pensa a actual nova direcção do PSD sobre os pactos que assinou com o Partido Socialista. E isto, porque para o deputado socialista, o país precisa de saber “se são para rasgar ou se, pelo contrário, são para serem cumpridos?”

Também a questão das infra-estruturas e dos investimentos públicos foram objecto de uma pergunta de Afonso Candal, que quis saber contra quê é que o PSD está e se é a favor de alguma coisa.

Lembrou depois que o comboio de alta velocidade projectado para Portugal, uma iniciativa que a nova direcção do PSD tem vindo ultimamente a contestar, terá um custo estimado de cerca de 9 mil milhões de euros. Contudo, sublinhou, o retorno previsto durante a duração do investimento “só em termos fiscais”, será de 21 mil milhões de euros, sendo que dos 9 mil milhões de investimento, haverá 19% de fundos comunitários, 36% de fundos públicos e 45% de fundos privados. A estes dados, disse ainda, “há que dizer aos mais cépticos” que o tempo de trajecto Lisboa/Porto na alta velocidade não reduz apenas em relação à viagem actual 30 minutos, mas “para menos de metade do melhor tempo que hoje é feito”.

O deputado socialista referiu-se depois ao aumento das taxas de juros de referência, lembrando que elas são definidas pelo Banco Central Europeu e não pelos governos nacionais e que as taxas não dependem do nível de endividamento mas visam combater a inflação.

Ora, acrescentou, Portugal tem sido dos países da zona euro que menos têm contribuído para a subida da inflação, razão por que as sucessivas subidas da taxa de juros “não têm sido da responsabilidade do nosso país”.

Quanto à súbita reivindicação do PSD e da sua nova líder em exigir que se tornem públicos os estudos sobre o custo/benefício das

obras públicas projectadas, Afonso Candal reconheceu que este é um direito que assiste a todos, “incluindo o PSD”, mas quis saber da lógica desta exigência quando nada foi dito ao país, “apesar da sistemática insistência do PS”, sobre o custo/benefício “do negócio feito pela então ministra das Finanças, Manuela Ferreira Leite”, com o Citigrup, na titularização das dívidas fiscais e da Segurança Social.

Afonso Candal recordou, a este propósito, que o Estado “abriu mão” de cerca de 11 mil e 500 milhões de euros de dívida, em troca de 1760 milhões de euros. Ou seja, sublinhou ainda o deputado do PS, “o Estado recebeu 15% daquilo que tinha cedido”.

Entretanto, e para se ter o alcance do “mau negócio que o PSD fez, com evidentes prejuízos para a economia portuguesa”, disse Afonso Candal, basta recordar que o Estado já substituiu dívida velha incobrável por dívida nova no valor de 3 mil e 700 milhões de euros, “mais do dobro daquilo que recebeu”.

Perante estes números, Afonso Candal não tem dúvidas em os classificar “como um verdadeiro desastre” com reflexo evidente, como referiu, nas contas públicas, de pelo menos, 0,2% do PIB, com a agravante, disse ainda, de “esta taxa incidir todos os anos sobre a economia portuguesa”, uma vez que não se sabe, como lembrou, quando vai terminar já que nunca foi feito

nenhum estudo sobre o custo/benefício, “algo que o PSD agora exige de forma tão prestimosa” mas que não se soube cumprir no “negócio com o citigrup”.

## A bandeira da esperança

Para o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, é este Governo e não as oposições, “mais para esquerda ou mais para a direita”, quem com verdade e determinação, “prosegue com firmeza um rumo certo” e ergue diante dos portugueses a “bandeira da esperança”.

Acusando as oposições de verem o país sempre na negro “que é a sua cor favorita”, porque é “sempre a negro que descrevem o país e o resultado do esforço dos portugueses”, o responsável governamental lamentou que Portugal não tivesse uma “oposição construtiva com políticas alternativas credíveis”.

Pedro Silva Pereira, no encerramento do debate do estado da Nação, lembrou depois os três anos de trabalho do Governo liderado por José Sócrates, para sublinhar que venceu a crise orçamental, livrou a Segurança Social pública de uma situação de alto risco para onde se encaminhava, lançou reformas ambiciosas para a modernização do Estado e da economia, apostou nas qualificações dos portugueses e no Plano Tecnológico, apoiou o crescimento económico e a criação de emprego e desenvolveu uma nova

geração de políticas sociais.

Tudo isto, disse, os portugueses já sabem, mas sabem também que o Governo sempre enfrentou com “coragem as dificuldades e esteve sempre do lado das soluções”, trabalhando para que o país não perdesse mais tempo e pudesse, finalmente, “recuperar o atraso e progredir, com os olhos postos, por uma vez, para lá do horizonte limitado de um ciclo eleitoral”.

Vencida a crise orçamental, “deixada pelos governos do PSD/CDS”, o país, disse Silva Pereira, depara-se, neste momento, com os efeitos de uma nova crise, agora com origem internacional, que é marcada, “de modo especial”, pela subida “absolutamente extraordinária do preço do petróleo e pelo preço de alguns bens alimentares”, mas também como consequência da crise criada pelo “subprime”, com origem nos EUA, ou devido às altas taxas de juros decididas pelo BCE, “formando uma conjuntura externa que se apresenta altamente desfavorável, com inevitáveis implicações no abrandamento da economia europeia e em especial da portuguesa”.

Mas tal como no passado recente, disse, os portugueses “saberão ultrapassar e vencer também estas dificuldades”, porque o Governo “não se resigna, nem desiste” de enfrentar os desafios, para “não deixar que o país ande para trás e para construir um futuro melhor para todos”. R.S.A.



# Novo Código do Trabalho é um êxito político

**Os socialistas estão motivados, mobilizados e disponíveis para debater e defender o “êxito político” que é o novo Código do Trabalho e as suas propostas modernizadoras face a “embustes e proclamações demagógicas”, declarou José Sócrates no encerramento da conferência parlamentar sobre a revisão da legislação laboral, onde também criticou a direita por se colocar à margem desta importante discussão e a “esquerda conservadora” por, por puro sectarismo, desmentir verdades que acabarão por impor-se.**

MARY RODRIGUES

“QUEREMOS defender as nossas propostas face ao que de incerto se tem dito delas”, afirmou o secretário-geral do PS, refutando liminarmente a ideia de que o novo Código Laboral não só não combateria a precariedade como a promoveria.

Como instrumentos fundamentais de combate à precariedade, Sócrates assinalou a redução de seis para três anos da duração dos contratos a termo, o facto dos empregadores passarem a fazer obrigatoriamente descontos nos contratados a recibo verde e também a taxa social única, que será diferenciada conforme o contrato seja a termo ou não.

Após frisar que o Executivo procurou fazer as mudanças legais e accionar os incentivos económicos

mais efectivos para promover a contratação sem termo e a protecção social das famílias, Sócrates recordou que a iniciativa mereceu o acordo dos parceiros sociais.

E sustentou que “o novo Código do Trabalho foi um êxito político”, não só “porque mereceu um acordo em sede de concertação”, mas também por ser “uma proposta inovadora, que tem como principal motivação a defesa do emprego”.

Nesta conferência parlamentar promovida pela bancada socialista, em que participaram responsáveis governativos, deputados, especialistas em Direito do Trabalho e representantes da sociedade civil, o presidente do GP/PS, Alberto Martins, salientou a importância de se fazer um debate na especialidade aberto e receptivo a “propostas



sérias” que respeitem o espírito que moveu a revisão da legislação laboral e o acordo entre Governo e parceiros sociais.

Depois, o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, colocou a tónica na necessidade de se perceber se o modelo de adaptabilidade/flexibilidade proposto pelo Governo é ou não passível de ser bem aceite e negociado por trabalhadores e empregadores e se,

simultaneamente, promove ou não o clima de segurança do qual ambas partes carecem.

Por sua vez, o deputado do PS Strecht Ribeiro denunciou a persistência na nossa sociedade de um sindicalismo clientelar que tenta iludir o combate à precariedade inerente à proposta do Executivo, ideia reforçada pelo presidente da Comissão do Livro Branco das Relações Laborais, António Monteiro Fernandes, ao criticar

o que chamou de “repulsa do debate sobre a substância da proposta”, que, aliás, descreveu como “socialmente equilibrada”.

Já o deputado Vítor Ramalho, na qualidade de presidente da Comissão Parlamentar do Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, destacou a actualidade e oportunidade do novo Código do Trabalho, classificando-o como “gerador de produtividade”, as-

pecto reforçado, de seguida, pelas intervenções do director de Recursos Humanos da Autoeuropa, Julius Von Ingelheim, que considerou vital a criação do banco de horas para evitar o crescimento do desemprego, e do advogado especialista em questões laborais João Correia, que salientou o reforço das garantias e direitos dos trabalhadores com a introdução da ratificação judicial dos despedimentos por justa causa.

# Portugal na vanguarda do novo paradigma energético

**O nosso país é um dos três pioneiros que vão testar os primeiros veículos eléctricos, visando a independência energética face ao petróleo e a redução da poluição ambiental e sonora.**

O GOVERNO do PS não vai ficar parado perante o terceiro choque petrolífero, garantiu o primeiro-ministro, José Sócrates, na cerimónia de formalização de uma parceria com a aliança Renault-Nissan para a comercialização de veículos eléctricos, que se espera poderem ser lançados em larga escala a partir de 2010.

No Parque das Nações, José Sócrates deixou claro que o nosso país vai defender a sua “independência nacional” com a adopção de um novo paradigma baseado nas energias renováveis, mostrando-se empenhado “em criar em Portugal um modelo com mais autonomia energética e que o torne menos dependente do petróleo”.

“Este memorando de entendimento com a Renault-Nissan é o sinal que não vamos ficar parados, tal como ficamos nos primeiro e segundo choque petrolífero”, reforçou Sócrates, lembrando que durante as referidas crises mundiais dos combustíveis fósseis as economias ocidentais “muito falaram, mas nada fizeram, porque todas aceitaram pagar o imposto, que verdadeiramente é um imposto sobre toda a sociedade”.

“Pois agora a resposta a este choque petrolífero por parte de Portugal é bem clara: tudo vamos fazer para mudar o paradigma energético e para que as futuras gerações não passem pelas dificuldades que estamos a passar”, afirmou categórico.

Ainda no mesmo contexto, o chefe do Executivo socialista frisou que Portugal “não poderá ficar dependente de impostos que outros [no mercado internacional] decidam lançar”.

“Queremos progredir para que o país não dependa tanto do petróleo. Trata-se de um longo caminho e justamente por causa disso é melhor começar a percorrê-lo já”, declarou, antes de referir que Portugal, nos últimos três anos, já se encontra



no grupo da frente das nações europeias em termos de produção de energias renováveis.

“Quando estamos a falar de energias renováveis o que estamos verdadeiramente a dizer é que estamos a lutar pela independência nacional, pela autonomia energética, para tomarmos nós próprios as nossas

decisões e não ficarmos dependentes de outros”, frisou.

## Cidades sem ruído e sem emissões

No Pavilhão de Portugal, José Sócrates e os representantes da construtora franco-nipónica e do Executivo

selaram um compromisso pioneiro (só a Dinamarca e Israel fizeram um semelhante) com vista a criar condições para que, no espaço de três anos, seja possível viajar de Norte a Sul do país ao volante de um automóvel integralmente eléctrico.

Decorre agora o período de quatro meses previsto no âmbito desta parceria para planear detalhadamente os passos a dar até Portugal ser um país cheio de carros eléctricos e com zero emissões poluentes.

No âmbito do memorando de entendimento assinado, a Renault-Nissan comprometeu-se a colocar no nosso país, em 2011, uma gama variada de veículos eléctricos com características idênticas aos automóveis tradicionais no concernente a conforto, performances, aspecto e preço.

Por sua vez, da parte do Governo, representado por José Sócrates e pelos ministros do Ambiente e da Economia, ficou a garantia de que será criada uma infra-estrutura de carregamento e mudança de baterias por todo o país.

Segundo Sócrates, Portugal “pretende ser um laboratório dos futuros carros eléctricos”, pelo que o Executivo está aberto para receber investimentos neste domínio por parte de outros construtores automóveis.

Em relação à aposta nestes veículos sem emissões poluentes, o primeiro-ministro sublinhou que o nosso país “está na linha da frente desta aventura com a Dinamarca e Israel”. M.R.

## REVOLUÇÃO ELÉCTRICA

O Denki Cube, o novo veículo que funciona integralmente com energia eléctrica, promete revolucionar o mercado automóvel e mesmo a economia dos combustíveis.



O novo carro eléctrico do construtor franco-nipónico Renault-Nissan

terá uma autonomia de 200 quilómetros e receberá componentes produzidos em Portugal.

Entre as suas principais vantagens inclui-se o facto de contar com uma fonte energética diversificada, uma vez que a electricidade pode

ser produzida através do carvão, da hídrica e do nuclear, ou mesmo de outras fontes.

Além disso, os veículos eléctricos não produzem poluição nos locais onde circulam nem ruídos como os automóveis tradicionais.



## TRÊS PERGUNTAS A ANTÓNIO GAMEIRO

**Enquanto deputado que tem acompanhado a reforma da Administração Pública, que balanço faz das mudanças preconizadas nestes três anos pelo Governo do PS?**

O nosso Governo veio ao encontro das necessidades de mudança sentidas no seio da Administração Pública e a sua coragem sublinha a coerência do processo de reforma da Administração Pública em curso, porque lhe completa o seu raio de acção, lhe dá racionalidade e enfatiza um eixo fundamental de igualdade e de justiça social.

Esta reforma vem no sentido de melhorar os níveis de transparência, celeridade e racionalidade da actividade de todos os trabalhadores pertencentes à Administração Pública, reestruturando a estrutura organizativa e simplificando a vida dos cidadãos e das empresas quando se têm de relacionar com o Estado.

**Como avalia as principais alterações ao Regime da Avaliação; Carreiras, Vínculos e Remunerações e Contrato de Trabalho em Funções Públicas?**

O desafio central do nosso país, a par com o crescimento económico, é o de recentrar a nossa Administração Pública no lugar que merece e que lhe é destinada pela nossa Constituição. Ou seja, desempenhando o papel único e exclusivo do serviço público prestigiado, porque amigo e próximo do cidadão, uma vez que é este que a alimenta através do pagamento dos seus impostos e que dela espera qualidade no atendimento e celeridade na resolução dos seus problemas.

A avaliação é fundamental que seja realizada a cada dia que passa, porque é a melhor segurança que os cidadãos podem ter de que o dinheiro dos seus impostos remunera trabalho público cada vez com maior qualidade e empenho na produtividade.

A Reforma das Carreiras e Vínculos conseguiu fundir 1715 carreiras diferentes em apenas três, mas ao mesmo tempo lançou mão da ideia que era fundamental



“À direita não tivemos um único contributo para esta reforma e apenas críticas sem nexos e sem sustentação em propostas alternativas”

acabar com o dogma de que havia em Portugal um vínculo definitivo, uma vez que determinado recurso prestasse trabalho na Administração Pública, sem necessidade de se atender à produtividade e avaliação.

Nesse sentido, a mudança fundamental concretizou-se com a aprovação do Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas, pois este regime consolida definitivamente em Portugal o paradigma de uma nova Administração Pública civilista, ágil, motivada para concretizar objectivos, numa gestão eficiente e avaliada anualmente, onde o mérito dará lugar à notação indiscriminadamente igualitária.

**As oposições têm criticado esta reforma. Uns dizem que estamos a desmantelar o Estado, outros que somos pouco ambiciosos. Como comenta?**

O Governo do PS não podia e não ficou atávico perante a necessidade de continuar a reformar a nossa Administração, por isso, não nos podemos deixar desmotivar pelas vozes que sempre são contra tudo o que implique mudança, adaptação, requalificação ou avaliação rigorosa, definição de metas e objectivos e de comparação de produtividade entre os diversos sectores da actividade administrativa.

À direita não tivemos um único contributo para esta reforma e apenas críticas sem nexos e sem sustentação em propostas alternativas. A direita responsável do PSD, deu lugar nestes anos à ausência de ideias e de ideias nesta matéria. É de recordar apenas a única e surpreendente ideia do despedimento de mais de 200.000 trabalhadores lançada pelo dr. Marques Mendes e elogiada pela dra. Manuela Ferreira Leite...

Os partidos à nossa esquerda não queriam reforma alguma. Todas as iniciativas do Governo foram longa e rigidamente criticadas, sem nunca terem reconhecido o mérito da avaliação de desempenho, a nova lei dos cargos dirigentes, das carreiras, do aproximar das regras de aposentação, do novo contrato em funções públicas. O que foi sempre afirmado foi o dogma da necessidade de manter tudo na mesma. Só o PS se afirmou progressista e justo nas mudanças operadas.

O balanço que faço do trabalho e ideias da oposição é muito negativa pela falta de iniciativas nesta matéria ou pela acomodação estática nos chavões da esquerda imobilista.

## Novo regime de contrato de trabalho aprovado pela maioria socialista

### FUNÇÃO PÚBLICA

O NOVO Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas (RCTFP), que vai alterar as regras e condições de trabalho na Administração Pública, foi aprovado no dia 18, último dia da sessão legislativa, pela maioria socialista, com as abstenções de quatro deputadas do PS, do PSD e do CDS/PP e os votos contra do PCP, Bloco de Esquerda e Verdes.

O texto de substituição do GP/PS à proposta do Governo apenas sistematizou e introduziu a possibilidade de novas condições de licença de parentalidade, que serão adaptadas do novo Código do Trabalho, cuja revisão começará a ser discutida em Setembro na



Assembleia da República.

O RCTFP, que entrará em vigor a 1 de Janeiro de 2009, tem como objectivo aproximar o regime de

trabalho da Administração Pública ao regime laboral comum e vai ser aplicado a cerca de 500 mil trabalhadores.

## Acordo sobre transporte de doentes

O MINISTÉRIO da Saúde decidiu aumentar o preço pago às corporações de bombeiros por quilómetro no transporte de doentes não urgentes de 40 para 47 cêntimos, uma vez que “as condições de viabilidade deste serviço foram seriamente afectadas pelos aumentos do preço dos combustíveis ocorridos nos últimos meses”.

O despacho que estabelece o aumento resulta de um acordo entre o Ministério e a Liga de Bombeiros Portugueses, foi assinado pelo secretário de Estado Adjunto e da Saúde, Francisco Ramos, e tem efeito desde 1 de Julho.

Este aumento de 17,5% repõe o custo que os combustíveis representam no valor total do transporte de doentes suportado pelas corporações de bombeiros

A decisão agora tomada visa res-



ponder de imediato à necessidade imposta às corporações, refere o Ministério da Saúde, que reitera o seu compromisso de monitorizar a evolução do preço dos combustíveis e de iniciar, através de um gru-

po de trabalho conjunto, a revisão do protocolo relativo ao transporte de doentes, trabalho que deve estar concluído até ao final do corrente ano, de modo a produzir efeito a partir de Janeiro de 2009

## 5º canal de TV generalista

O PROJECTO do regulamento do concurso público para o licenciamento de um novo canal de televisão generalista em sinal aberto foi já publicado em “Diário da República”.

Este procedimento, que decorre da lei da televisão, prevê um prazo de apreciação pública de 30 dias úteis, podendo os interessados prenunciar-se por escrito até ao próximo dia 29 de Agosto, para o Gabinete para os Meios de Comunicação Social, no Palácio Foz, em Lisboa.

A decisão de reservar a um novo canal parte da capacidade remanescente da plataforma de acesso gratuito da televisão digital terrestre, foi tomada pelo



Governo através da resolução do Conselho de Ministros do passado dia 22 de Janeiro.

De salientar que este novo canal generalista de sinal aberto vai trazer, como prevê o Executivo, uma maior diversidade à oferta televisiva do mercado português e funcionará como importante

incentivo do processo de transição para o digital, dando-se, assim, mais um passo essencial para a implementação da Televisão Digital Terrestre (TDT) em Portugal.

RTP, SIC e TVI, contestaram publicamente esta iniciativa, alegando que o mercado publicitário não tem dimensão para albergar mais concorrentes, passarão a contar com mais concorrência em canal de sinal aberto, algo que para dois putativos candidatos ao novo espaço televisivo, o grupo Cofina e a Controlinveste, se afigura, ao invés, como mais um passo na diversidade e no pluralismo televisivo. R.S.A.



# Sócrates saúda novo redireccionamento da Europa para o Sul

## UNIÃO PARA O MEDITERRÂNEO

O PRIMEIRO-MINISTRO, José Sócrates, saudou o lançamento da União para o Mediterrâneo, em Paris, sublinhando que se concretizou um redireccionamento do olhar da Europa para o “flanco Sul”, uma opção sempre defendida por Portugal, que se afigura fundamental para a cooperação, segurança e paz.

“Nós sempre defendemos a atribuição de uma nova prioridade ao flanco Sul, por razões de investimento na nossa própria segurança, por razões de cooperação, e como contribuição para o Mundo, porque o diálogo entre a Europa e o mundo islâmico é absolutamente fundamental para um mundo de paz”, disse.

José Sócrates, um dos cerca de 40 chefes de Estado e de Governo que participaram no dia 13, em Paris, na Cimeira inaugural da União para o Mediterrâneo, lembrou que “desde sempre Portugal defendeu na agenda de política externa da União Europeia um virar de olhos para o Sul e um reforço da aposta política no flanco Sul do Mediterrâneo”, considerando que “de certa forma esta Cimeira é uma resposta a essa necessidade”.

“Aqueles que, como eu, acham que um dos problemas do Mundo é o relançamento do diálogo entre o Ocidente e o mundo islâmico não podem deixar de atribuir a esta nova agenda mais ambiciosa e mais à altura dos tempos, que esta cimeira inaugura, uma importância absolutamente extraordinária”, disse.



O primeiro-ministro afirmou que “a agenda das relações externas europeia não podia ficar, como ficou durante muito tempo, apenas confinada ao Leste, ao alargamento”, e agora “a Europa toma bem consciência da necessidade que existe no Mundo e na responsabilidade europeia em relançar o diálogo político entre o Mundo Islâmico e o Mundo Ocidental”.

E, segundo reafirmou José Sócrates, “não há melhor forma de contribuímos para esse diálogo do que relançarmos, com mais ambição, aquilo que era o Processo de Barcelona”, acrescentando que hoje foi dado um grande passo nesse sentido.

“Julgo que a primeira grande resposta ao nível do diálogo de civilizações, a aposta na relação entre o mundo ocidental e o mundo islâmico, está aqui nesta Cimeira, na concretização desta

Cimeira”, afirmou.

Relativamente ao Processo de Barcelona, lançado pela União Europeia (UE) em 1995, Sócrates reafirmou a sua convicção de que a nova União para o Mediterrâneo “aposta numa agenda mais ambiciosa, mais concreta, adequada aos desafios do século XXI”, e centrada na cooperação, segurança e, acima de tudo, na paz, “o valor político mais importante presente nesta Cimeira”.

De referir que a ideia da constituição da União para o Mediterrâneo é dar um novo impulso ao Processo de Barcelona, lançado pela UE em 1995 com o objectivo de criar uma zona de estabilidade, prosperidade e segurança em toda a região.

A União para o Mediterrâneo terá uma co-presidência com a duração de dois anos, repartida entre um país do Norte e outro do Sul.

## Aprovado acordo com Espanha para maior controlo dos caudais dos rios transfronteiriços

O GOVERNO aprovou um novo protocolo com Espanha para um controlo mais regular dos caudais dos rios transfronteiriços, que passará a ser semanal no Douro e Tejo e trimestral no caso dos rios Minho, Douro e Tejo.

Em conferência de Imprensa, no final do Conselho de Ministros realizado no dia 10, o ministro do Ambiente, Nunes Correia, disse que a proposta do Executivo, que terá de ser aprovada pela Assembleia da República, representa um aditamento à Convenção de Albufeira de 1998, celebrada entre Portugal e Espanha.

Segundo Nunes Correia, uma das críticas que sempre se fez a essa convenção entre os dois países ibéricos é que “estabelece obrigações (especialmente para Espanha) apenas para caudais anuais” dos rios transfronteiriços: Tejo, Douro,

Guadiana e Minho.

Ou seja, perante Portugal, Espanha apenas estava obrigada a assegurar caudais totais anuais, o que, no limite, como afirmou Nunes Correia, poderia significar que esse caudal até poderia correr todo num dia, ficando seco o resto do ano.

Face a essas insuficiências detectadas na Convenção de Albufeira, Nunes Correia referiu que “procurou dar um grande impulso às relações luso-espanholas em termos de gestão conjuntas das bacias hidrográficas”.

“Nos últimos três anos, os governos de Lisboa e de Madrid têm negociado uma densificação do regime de caudais, que culminou com um acordo político estabelecido a 19 de Fevereiro. Esse acordo prevê obrigações trimestrais para os caudais dos rios Minho, Douro e Tejo e obrigações semanais para

os caudais dos rios Douro e Tejo”, salientou o titular da pasta do Ambiente.

Ainda em relação ao novo protocolo de revisão da Convenção de Albufeira, Nunes Correia salientou que passa a haver um regime de caudais definido em termos trimestrais para os rios Minho, Douro e Tejo, e a nível semanal para os rios Douro e Tejo.

“É naturalmente um passo em frente, com muito significado político para os dois países e que só foi possível por tem havido um trabalho muito persistente das partes portuguesa e espanhola”, disse.

Nunes Correia lembrou ainda que, nos momentos mais graves na Península Ibérica, a seca em Portugal em 2005 e mais grave em Espanha em 2006, assim como no início de 2007, “a relação dos dois países revelou-se construtiva e sólida”.

## OPINIÃO



ALBERTO ANTUNES  
Deputado do PS

*Somos e temos de construir um espaço onde co-habitem diferentes culturas, religiões ou usos e costumes*

## ASSEMBLEIA PARLAMENTAR EURO-MEDITERRÂNEA

DECORREU em Março passado, na Grécia, a reunião Plenária da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, adiante designada apenas APEM, constituída por representantes do PE, Parlamentos nacionais dos países da UE e pela Argélia, Egípto, Jordânia, Líbano Marrocos, Palestina, Israel, Tunísia, Síria e Turquia.

A sua criação, ocorrida há quatro anos, teve como base os objectivos e declaração da cimeira de Barcelona, ocorrida em 1995, e que pretendia estender a onda de progresso e desenvolvimento dos países que integram a União Europeia aos parceiros do Sul do Mediterrâneo.

Na citada reunião Plenária da APEM, realizada em Atenas, foram debatidas e aprovadas as resoluções propostas pelas suas comissões permanentes, tendo ainda sido objecto de análise as questões internas relativas ao regimento e financiamento.

Foram também realizadas as eleições para o Bureau, constituído por um presidente e três vice-presidentes e para as comissões permanentes que têm igualmente um presidente e três vice-presidentes.

As comissões permanentes existentes são:

- Comissão Política, de Segurança e dos Direitos Humanos.
- Comissão de Assuntos Económicos, Financeiros, Assuntos Sociais e Educação.
- Comissão para a Promoção da Qualidade de Vida, Intercâmbios Humanos e Cultura, adiante designada apenas por Comissão de Cultura.
- Comissão dos Direitos das Mulheres.

Enquanto para a presidência do Bureau foi indicado o PE e os parlamentos jordano e italiano, funções a desempenhar pelos respectivos presidentes dos parlamentos pelo período de um ano rotativamente, para a presidência das restantes comissões foram indicados respectivamente o PE, Egípto, Portugal e Tunísia.

Caberá, nos termos do respectivo regimento, a Portugal dirigir a Comissão de Cultura da APEM, acompanhado nas vice-presidências pelo PE, pela Argélia e pelo Líbano.

O Processo de Barcelona, iniciado com a cimeira de chefes de Estado e de Governo, em 1995, e que se consubstanciou na Declaração de Barcelona recebeu, no passado fim-de-semana, um novo impulso com a realização por iniciativa do Presidente francês, Nicolas Sarkozy, da cimeira de Paris, na qual se deu um novo alento à políticas de aproximação e entendimento entre os países da União Europeia e os países do Sul do Mediterrâneo.

A esta instituição, em conjunto com a Assembleia Parlamentar Mediterrânica, entretanto constituída por países exclusivamente ribeirinhos, caberá apoiar e desenvolver as políticas no sentido do aprofundamento da democracia, do desenvolvimento económico, da resolução pacífica dos conflitos existentes e do combate às assimetrias sociais e regionais.

A Comissão de Cultura, como o seu extenso nome indica, compete debater e reflectir nas orientações a imprimir para a construção de um destino comum e de uma vida em conjunto em todo este vasto espaço.

Destino comum onde os Estados e povos possam conviver num ambiente de tolerância e diálogo e respeito pesem embora as, diferenças de cultura, religião ou outras.

Somos e temos de construir um espaço onde co-habitem diferentes culturas, religiões ou usos e costumes.

Mas onde todos possam aceder aos direitos elementares básicos.

Um espaço de diálogo e abertura, mas de igualdade e tolerância.

São estes os propósitos e objectivos que nortearão o trabalho e reflexão que a presidência portuguesa da Comissão de Cultura da APEM tentará realizar no decurso da presidência que tentarei protagonizar.



## OPINIÃO



JORGE ALMEIDA  
Deputado do PS

*Uma PAC inclusiva não é compaginável com a eliminação das ajudas a cerca de dezenas de milhares de agricultores portugueses*

## PSE PROMOVE FÓRUM SOBRE A PAC EM BRUXELAS

É EXIGÍVEL que a agricultura dos nossos dias evolua para um modelo mais moderno, competitivo, diversificado, sustentado, que garanta alimentos em quantidade e qualidade, com respeito pelo ambiente, e prepare o sector para as alterações climáticas e a evolução sócio-demográfica das próximas décadas.

Para os socialistas isto é um enorme desafio, e representa uma grande oportunidade para afirmar as soluções humanistas, equitativas, solidárias e inclusivas, numa altura em que os ventos liberais parecem influenciar em demasia alguns centros de decisão europeus.

O "Health Check" da PAC fez reunir em Bruxelas representantes socialistas dos Parlamentos Nacionais, os deputados socialistas europeus da Comissão de Agricultura, e a sra. comissária Mariam Fischer Boel.

E neste fórum ficou bem evidente que as propostas socialistas constituem a melhor resposta para os complexos e múltiplos problemas que decorrem da escassez de alimentos, das desigualdades entre agricultores europeus, da segurança alimentar, da falta de regulação dos mercados, da degradação ambiental, da insegurança face aos riscos naturais, e da incerteza climática.

Uma PAC inclusiva não é compaginável com a eliminação das ajudas a cerca de dezenas de milhares de agricultores portugueses, proprietários de menos de um hectare, como propõe a sra. comissária. Para além de imoral, esta medida introduz um elemento de exclusão, e não tem em conta a importância da pequena agricultura familiar na produção de bens alimentares para mercados locais e de nicho, a ocupação do território e o desenvolvimento rural.

As ajudas no âmbito da PAC justificam-se pela necessidade de conceder ao agricultor uma segurança financeira para quando o mercado não dá resposta, para conseguir alimentos mais baratos no consumidor final, e para compensar os produtores pelos relevantes serviços que prestam à sociedade, defendendo o território dos incêndios, sequestrando CO<sub>2</sub>, evitando a erosão e empobrecimento dos solos, protegendo a biodiversidade. Ora, quem mais e melhor que o pequeno e muito pequeno agricultor cumpre a prestação destas externalidades?

Outro ponto crítico desta revisão da PAC prende-se com as cotas leiteiras. Segundo a proposta, elas deverão acabar por completo em 2013, uma vez que "não se deverá impedir que os produtores mais competitivos da União aumentem a produção, e venham a ocupar mercados de países terceiros". Aqui parece que estamos a reeditar a discussão da reforma do vinho, no tocante às licenças de plantio.

As cotas têm sido boas ou más, para países de agricultura de montanha e com custos de contexto mais elevados? Inequivocamente boas. Foi uma oportunidade, bem agarrada, por exemplo, no nosso país. Mas não temos hipótese de competir com algumas regiões europeias, apesar de termos o sector bem modernizado e organizado. A liberalização total poderia ter consequências terríveis para os nossos produtores, daí a necessidade de monitorizar os mercados e fazer uma avaliação intercalar dentro de dois ou três anos, afastando decisões liberalizantes desde já.

Quanto à modulação, e independentemente dos coeficientes, há algumas ideias que vão fazendo caminho pela mão do camarada Capoulas Santos, responsável pelo relatório da Comissão de Agricultura do PE. A retenção dos dinheiros da modulação poder continuar a integrar um fundo europeu a canalizar para o 2º pilar (desenvolvimento rural), e não ficarem retidos de imediato no Estado-membro, quebrando o princípio da distribuição solidária, com a qual os países de economia mais débil, como o nosso, iam beneficiando, assim como a possibilidade de estabelecer um tecto máximo de ajudas, e um sistema degressivo de atribuição das mesmas, em que seja valorizada a dimensão da exploração, mas também a criação de emprego fixo e a organização em cooperativas, por exemplo.

O Seminário sobre a PAC em Bruxelas, nos dias 2 e 3 de Julho, demonstrou à sociedade que os socialistas sabem fazer o trabalho de casa, que têm fortes argumentos para corrigir os pontos críticos da proposta da Comissão, e que podem fazer valer as suas ideias, apesar das correntes liberalizantes que percorrem os "passos perdidos" do PE.

## Programa de alargamento da rede pré-escolar aberto a autarquias e instituições

NO PRÓXIMO ano lectivo, municípios e instituições podem candidatar-se a um programa de alargamento e de requalificação da rede pré-escolar na Área Metropolitana de Lisboa, com um montante global de 25 milhões de euros.

O apoio será concedido pelos ministérios da Educação e da Solidariedade Social, através de um co-financiamento de 50 por cento a projectos apresentados pelas câmaras e instituições particulares de solidariedade social (IPSS).

Para financiar a sua parte, os municípios e as instituições podem aceder a uma linha de crédito específica, criada para o efeito, que será "de longo de prazo e terá juros muito baixos", disse o secretário de Estado da Educação Valter Lemos, adiantando que esta será posta à disposição através do Ministério das Finanças e da Caixa Geral de Depósitos.

As candidaturas devem ser remetidas, entre 25 de Julho e 30 de Setembro, ao Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (GEPE).

O Ministério da Educação refere, em comunicado, que a educação pré-escolar tem sido alvo de "um notável empenho por parte dos municípios em todo o país", mas que se mantém algumas lacunas, nomeadamente na periferia dos grandes centros urbanos.

Segundo dados do Ministério da



Educação, frequentam em média o ensino pré-escolar 77% das crianças entre os três e os cinco anos, sendo de 93 a 94% a média para as crianças com cinco anos.

Entre as despesas elegíveis estão estudos, assistência técnica e fiscalização, obras de construção de raiz, de ampliação ou de adaptação de instalações que visem a criação de novas salas de pré-escolar, arranjos exteriores envolventes dentro do perímetro da área a afectar ao estabelecimento, mobiliário escolar, material didáctico e equipamento informático.

O prazo máximo para a execução das obras é de 18 meses, a partir da

data da comunicação da aprovação da candidatura.

Valter Lemos sublinhou que, com um investimento total de 50 milhões de euros que este programa permite, será possível conseguir 500 salas do ensino pré-escolar.

Trata-se, segundo o secretário de Estado, de um programa cumulativo ao processo de financiamento dos centros escolares, através dos programas operacionais regionais, que já permitiu mais de 200 contratualizações em todo o país.

Valter Lemos adiantou que o programa agora lançado vai ser posteriormente alargado à Área Metropolitana do Porto.

## Melhoria global no secundário

VERIFICAM-SE já os efeitos positivos da política educativa do Governo socialista, que desde o primeiro momento se centrou na aposta da qualificação do ensino, com os resultados da primeira fase dos exames do secundário a revelarem uma melhoria global: aumento do número de disciplinas com média positiva, subida das médias e diminuição das reprovações.

Esta informação foi avançada recentemente num comunicado do Ministério da Educação, no qual também se refere que o número de exames com médias abaixo dos dez valores continua a baixar, sendo agora de seis, face a sete no ano anterior e 13 em 2006.

A melhoria registada, especialmente na disciplina de Matemática, é seguramente resultado do efeito combinado de vários factores, a saber: mais tempo de trabalho e estudo dos alunos acompanhados pelos professores, actividades das escolas implementadas no âmbito do Plano de Acção para a Matemática, provas de exame correctamente elaboradas e maior alinhamento entre o exame, o programa e o tra-



balho desenvolvido pelos professores, designadamente através dos vários testes intermédios realizados nas escolas e da utilização do banco de itens disponibilizado pelo Gabinete de Avaliação Educacional por alunos e docentes.

O comunicado do ministério de Maria de Lurdes Rodrigues alerta também para um decréscimo nos resultados do exame de Português, vincando que é necessário, por isso, "equacionar medidas de reforço do trabalho dos alunos nesta discipli-

na, designadamente estendendo ao ensino secundário as dinâmicas do PNL".

De salientar ainda que durante o ano lectivo que agora termina foi possível verificar um reforço dos tempos de leccionação e das condições para o trabalho experimental.

Os resultados indicam, pois, a necessidade de continuar o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido pelos professores e pelos estabelecimentos de ensino com vista a consolidar esta tendência de melhoria.



# António Leal Salvado é o candidato do PS à Câmara do Fundão



A CONCELHIA do Fundão, presidida por Vítor Cunha, apresentou no dia 9, em conferência de Imprensa, o candidato do PS à presidência da Câmara, o advogado António Leal Salvado, independente, numa sessão que contou com a presença do presidente da Federação de Castelo Branco, Joaquim Morão.

Na intervenção em que apresentou as linhas de pensamento e o programa de acção que está incumbido de coordenar, António Leal Salvado afirmou que “mais do que uma reunião de forças, há entre o PS e o seu candidato comunhão numa só vontade, num só ideal”.

Para o candidato do PS, “um concelho com corpo mais forte e alma mais pura não é apenas uma expressão, mas o resultado da mesma e única perspectiva do que

é, do que deve ser a gestão da ‘res publica’ e ao serviço do bem-estar dos nossos concidadãos”.

Segundo António Leal Salvado, no actual estágio de desenvolvimento, há três ideias primordiais a afirmar. Em primeiro lugar, frisou, “o desenvolvimento do concelho passa indissociavelmente por uma estratégia de região, particular e precisamente uma ideia de Cova da Beira mais robusta e progressiva”.

E, segundo lugar, disse, “a recuperação de atrasos ainda subsistentes no concelho e a afirmação de um novo território, inovador por dentro e singular por fora, não podem fazer-se da periferia para o centro, mas o invés”.

Terceira ideia basilar no desenvolvimento, segundo o candidato do PS, “é a de fazer assentar o progresso da região na potenciação das

virtualidades da democracia autárquica construtiva e da universalização de participação e envolvimento dos cidadãos”.

Na apresentação do candidato do PS à presidência da Câmara do Fundão, interveio também o presidente da Federação de Castelo Branco, Joaquim Morão, que elogiou o trabalho desenvolvido pela Concelhia socialista que teve um resultado: “O PS e António Leal Salvado não estão apenas unidos. São uma e a mesma alma de um projecto de Fundão que tem um só corpo: o colectivo de todos os fundanenses”.

E acrescentou que “o Fundão vai brilhar no mapa do distrito e no mapa do país. Confiem na palavra de quem nunca faltou aos seus concidadãos. Cá estaremos, todos por todos”. J.C.C.B.

## Dirigentes e autarcas de Oeiras em força no terreno

A CONCELHIA de Oeiras, em coordenação com as Secções de Residência, iniciou um programa de acção que tem como objectivo visitar as dez freguesias do concelho de modo a proceder ao levantamento dos seus problemas, visando a preparação do programa a apresentar pelo PS nas eleições do próximo ano.

Este programa surge na sequência da aprovação de uma moção aprovada na Comissão Política por unanimidade, onde foram definidas linhas orientadoras relativamente ao processo e composição das listas do PS às Assembleias de Freguesia do Concelho de Oeiras nas eleições autárquicas de 2009. Nesta moção ficou assumido que os candidatos a cabeça de lista das listas do PS candidatas às Assembleias de Freguesias nas eleições autárquicas de 2009 deverão ser indicados pelos respectivos órgãos de Secção até ao final do ano de 2008.

De acordo com Marcos Sá, presi-



dente da Concelhia, “os protagonistas, os programas e as dinâmicas das listas às Assembleias de Freguesia podem fazer a diferença e determinar o sucesso no resultado global das eleições autárquicas”.

Assim, no dia 10 de Maio realizou-se a visita à freguesia de Barcarena que incluiu a visita ao Quartel da Associação dos Bombeiros Voluntários Progresso Barcarenense; a ACT, o GRT, em Tercena; o Grupo Desportivo de

Barcarena; o Clube “Os Fixes” e o “Valejas Atlético Clube”.

A 14 de Junho foi efectuada a visita à freguesia de Porto Salvo que passou pela sede dos Leões de Porto Salvo, do Atlético de Porto Salvo, do Clube Desportivo e Recreativo de Leão e pelo Bairro dos Navegadores, privilegiando-se o contacto com a população.

A visita à freguesia da Cruz-Quebrada/Dafundo foi realizada no dia 28 de Junho e incluiu uma visita ao Quartel Bombeiros à União Recreativa Dafundo e à SIMECQ.

No dia 5 de Julho foi realizada a visita à freguesia de Caxias, que incluiu no seu percurso a Chelag – Cooperativa de Habitação do Alto Lagoal (Alto Lagoal), o Clube Desportivo Unidos Caxienses, o Clube dos Guardas, a Associação de Moradores do Bairro do Marchante, para além de alguns locais como a Pedreira Italiana, o Murganhal Velho, a Quinta Real e o centro de Laveiras.

### OPINIÃO



FÁTIMA PIMENTA  
Deputada do PS

*O GP/PS, com sentido de responsabilidade e sem demagogia, soube trazer para a discussão pública a defesa dos produtos tradicionais e do mundo rural, bem como a salvaguarda da saúde pública*

## EM DEFESA DOS PEQUENOS PRODUTORES

A SEGURANÇA alimentar dos produtos tradicionais tem estado na agenda mediática e cruza-se com a obrigação do Estado português em cumprir os regulamentos emanados da Comissão Europeia, designados por “Pacote Higiene”, e a criação de uma entidade responsável pelo seu cumprimento: a ASAE.

Decorrente da grande mediatização à volta desta problemática, e do seu aproveitamento político de forma demagógica, foram criados um conjunto de mitos - o fim da colher de pau é um bom exemplo, que serviu para lançar a confusão e o medo a muitas dezenas de pequenos produtores. O CDS, pela voz de Paulo Portas, procurou manipular e fazer demagogia com um assunto que exige de nós, políticos, ponderação e sentido de responsabilidade. Lançar o medo e manipular pessoas, muitas vezes, de avançada idade e com níveis de iletracia acentuados é próprio de políticos fracos.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista (GP/PS), consciente da importância do capital referencial destes produtos para o mundo rural, anunciou, em Janeiro, durante uma audição à ASAE, a intenção do PS de criar um Grupo de Trabalho na Assembleia da República (AR).

Pretendia-se clarificar e identificar aquelas que seriam as maiores dificuldades na implementação do cumprimento dos regulamentos, por parte dos pequenos produtores de produtos tradicionais, e propor medidas concretas para as solucionar.

Em 6 de Fevereiro foi aprovado, com os votos a favor do PS e PCP, a criação efectiva do Grupo de Trabalho. Importa aqui lembrar que o maior partido da oposição, aquele cuja líder, a dra. Manuela Ferreira Leite, afirma que “ser da oposição não é apresentar alternativas”, votou contra, por considerar despropositada a intervenção da AR. É com estas atitudes que os portugueses confirmam que o PSD não é uma alternativa credível para conduzir os destinos do país.

O Grupo de Trabalho, coordenado pelo deputado do PS Ceia da Silva, ouviu e analisou as propostas de vários produtores, associações representativas, especialistas da área, organismos públicos, nomeadamente a ASAE, e Gabinete de Planeamento, do Ministério da Agricultura, a ARES e a DECO, entre outros.

O GP/PS, com sentido de responsabilidade e sem demagogia, soube trazer para a discussão pública a defesa dos produtos tradicionais e do mundo rural, bem como a salvaguarda da saúde pública.

Perante as questões suscitadas nas diversas audições e as conclusões então extraídas, pelo seu relator, deputado do PS, Jorge Seguro, considerou-se pertinente recomendar ao Governo e à Comissão Europeia que seja dado carácter de urgência ao processo de alteração do regulamento (CE) nº 852 de 2004, já iniciado no Parlamento Europeu; a criação de um sistema legal e regulamentar mais ágil que permita aos pequenos produtores, ou, em seu nome às câmaras municipais, fazerem propostas, junto da Administração central, de derrogações consideradas oportunas dos regulamentos emanados pela Comissão Europeia; a implementação de um sistema de informação simplificado aos pequenos produtores, que lhes permita o acesso rápido e desburocratizado das obrigações em matéria de higiene e segurança alimentar; a ponderação, no seio da AR, da elaboração de um diploma legal que defina o registo e controlo de acreditação das empresas de consultadoria; recomendar ao Governo que actue no sentido de promover os produtos tradicionais, nomeadamente nas zonas de descanso das auto-estradas e a definição e a concretização de parcerias entre a administração central descentralizada e as autarquias, no sentido de junto dos serviços de veterinária municipais, implementar serviços de informação, formação e aconselhamento para as actividades de produção de produtos tradicionais.

Fazer política de forma construtiva, que se traduza na efectiva definição e concretização de medidas exequíveis para o melhoramento do nível de vida dos portugueses que habitam os territórios rurais, foi a atitude que norteou o GP/PS quando assumiu a criação deste grupo de trabalho.

“Só existimos enquanto fazemos”, como referia o nosso ilustre filósofo padre António Vieira. Os deputados socialistas que integraram o Grupo de Trabalho “Pequenos Produtores/Produtos Tradicionais” estão conscientes de ter iniciado um caminho que os responsabiliza, mas no final terão a convicção do dever cumprido!



# Socialistas preocupados com política de desinvestimento camarário no Porto

A MAIORIA PSD/CDS na Câmara Municipal do Porto está a sacrificar o investimento em favor das despesas correntes. Esta a crítica feita recentemente pela oposição socialista na autarquia e assumida, no final de uma reunião privada do Executivo municipal, pela eleita do PS Palmira Macedo, a propósito da primeira revisão orçamental deste ano da autarquia, que foi aprovada apenas com os votos da direita.

“Da revisão orçamental ressalta um reforço das despesas correntes em 5,5 milhões de euros, dos quais 3,5 milhões são cobertos por novas receitas, sendo os restantes dois milhões retirados às despesas de capital”, observou a camarada Palmira Macedo, que também



manifestou discordância quanto à opção da maioria pela escolha das despesas de capital a sacrificar que, conforme indicou, são as referentes

à melhoria da mobilidade, promoção da qualidade de vida e modernização da administração local.

Também durante esta sessão

privada do Executivo camarário portuense o eleito socialista Francisco Assis garantiu que o PS está disponível para chegar a um consenso com a maioria sobre as candidaturas do município aos fundos do Quadro de Referência Estratégica Nacional (QREN).

“O PS quer ser ouvido” e contribuir para se obter “o mais amplo consenso possível” em torno da matéria, afirmou Assis, numa declaração aos jornalistas, ocasião em que disse acreditar que tal entendimento é possível.

Francisco Assis referiu igualmente que o PS “vai ouvir primeiro” as propostas da maioria PSD/CDS, antes de avançar quaisquer sugestões concretas, mas, ainda

assim, o eleito socialista estabeleceu como “fundamental” a afectação de fundos estruturais ao relançamento da zona industrial de Ramalde – abrindo-a às indústrias do conhecimento – à valorização dos espaços verdes e à melhoria da mobilidade no perímetro urbano.

Assis recordou ainda alguns estudos indicativos de “uma tendência de perda de capacidade do Porto, que tem que ser combatida”, e sustentou ser necessário que a Câmara Municipal “inicie um processo de reconversão e relançamento da cidade”.

Neste capítulo, sustentou, “os fundos estruturais são muito importantes”. M.R.

## Fernando Jesus acusa Município do Porto de não ter rede social eficaz

A CÂMARA do Porto não tem uma rede social eficaz, dotada de uma base de dados actualizada das instituições de apoio a populações desfavorecidas do concelho, acusou Fernando Jesus, coordenador dos deputados do PS eleitos pelo círculo do Porto.

“Essa rede social permitiria um maior controlo das populações que procuram essas instituições, de modo a evitar que haja pessoas que abusem dos apoios prestados,



saltando de associação em associação”, disse Fernando Jesus.

O parlamentar socialista falava no final de uma audiência com La Salette Piedade, fundadora do Coração da Cidade, uma associação de apoio a sem-abrigo que decidiu alterar a sua estratégia de apoio social e pôr fim às cerca de 300 refeições diárias que oferecia a sem-abrigo.

Fernando Jesus disse que a responsável explicou que um dos

motivos que levaram ao corte das refeições foi a repetição de situações de violência entre os próprios sem-abrigo.

Por outro lado, a organização pretende apostar mais na formação cívica dos próprios sem-abrigo, na sequência do seu projecto anterior de um “supermercado” onde os clientes podem comprar os bens essenciais com “dinheiro” do próprio Coração da Cidade, pago em contrapartida por trabalho voluntário.

A associação deixou de fornecer refeições indiscriminadamente para apostar numa estratégia de interligar ajuda e formação cívica, denominada “Socialmente Educado”.

Para ajudar a levar a cabo este projecto, Fernando Jesus anunciou ter estabelecido uma ponte entre o Coração da Cidade e a Segurança Social do Porto, de modo a estudar que tipo de ajudas pode receber a organização, que nunca teve qualquer apoio do Estado.

## Deputados sublinham importância de Observatório do Sobreiro e da Cortiça em Coruche

OS AGENTES económicos, académicos e públicos ligados ao sector corticeiro devem olhar com atenção para a obra que está a nascer em Coruche – o Observatório do Sobreiro e da Cortiça.

Esta a mensagem deixada pelos deputados socialistas eleitos pelo círculo de Santarém, que recentemente se deslocaram ao concelho de Coruche, numa visita de trabalho destinado a um contacto directo com a realidade local, designadamente no que diz respeito a projectos concluídos, obras em curso e expectativas futuras.

Nesta deslocação, António Gameiro, Fernanda Asseiceira, Nelson Baltazar, Nuno Antão, Sónia Sanfona e Vitalino Canas ficaram a conhecer os objectivos prin-

cipais do projecto do observatório, bem como os planos do município para potenciar este equipamento.

O presidente da Câmara de Coruche, Dionísio Mendes, explicou aos parlamentares socialistas na Assembleia da República pormenores da obra, algumas especificidades do edifício e avançou as metas que pretende alcançar.

“Queremos que este observatório seja a referência mundial em tudo o que diga respeito à fileira da cortiça, nas áreas da investigação, tecnologia e promoção”, apontou o edil eleito pelo PS, que antes acompanhara os deputados na visita que estes realizaram às obras de requalificação ribeirinha, ao emissário, ao dique de protecção, à ETAR e à estação elevatória.

Depois, os deputados rumaram à Quinta do Chapéu, local onde poderá vir a instalar-se o Serviço de Urgência Básica (SUB) de Coruche e o novo Quartel de Bombeiros.

A propósito destes dois últimos equipamentos, o edil coruchense defendeu a referida localização dos mesmos atendendo às futuras acessibilidades.

“Os traçados dos IC’s 10 e 13 são fundamentais na escolha deste local, onde, ao que tudo indica, será o lugar onde as infra-estruturas farão todo o sentido, numa óptica não apenas local, mas regional, uma vez que o SUB servirá outros concelhos”, frisou Dionísio Mendes, que assim obteve a garantia dos deputados socialistas de transmitirem ao Governo esta ideia. M.R.

## ANA-PS apoia medidas de descentralização do Governo

A ASSOCIAÇÃO Nacional dos Autarcas do Partido Socialista (ANA-PS) reiterou de “forma clara” o seu apoio às medidas de descentralização do Governo.

Os autarcas socialistas analisaram em concreto a proposta do Ministério da Educação relativa à transferência de competências para as autarquias, e de “forma inequívoca” apoiam esta nova geração de políticas locais e de políticas sociais de proximidade, assentes em “passos decisivos e estruturados” no caminho de uma “efectiva descentralização de competências” para os municípios, tal como consta no Programa do Governo.

A ANA-PS considera ainda que desta forma se está a cumprir um dos objectivos centrais deste Governo, que passa pelo “reforço e qualifi-



cação do poder local”.

Os autarcas analisaram esta matéria, concluindo que mesmo havendo algumas questões de pormenor a acertar com o Ministério da Educação sobre a mesma, as autarquias e o Governo estão em condições de avançar com o processo a partir de Setembro.

Na reunião, realizada na

sede nacional do Largo do Rato, que contou com a presença do secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, os autarcas socialistas tiveram ainda oportunidade de analisar em maior profundidade o programa Simplex para autarquias, que neste momento já está a ser executado em alguns municípios.

Para a ANA-PS, todas as medidas implementadas e a implementar no sentido de facilitar a vida dos cidadãos, como é o caso concreto do Simplex para autarquias, “só poderão ser recebidas com agrado e satisfação, salientado, mais uma vez, que “este conjunto de políticas desenvolvidas pelo Governo só beneficiam o poder local e consequentemente as populações”. J.C.C.B.



# Jornadas do PS/Oliveira de Azeméis sobre juventude e associativismo

O PS/OLIVEIRA de Azeméis continua com as suas jornadas concelhias, desta vez dedicadas à juventude e ao associativismo.

Assim, durante este mês a Concelhia socialista tem realizado reuniões de trabalho com várias associações, como o Grupo Juvenil do Pinheiro da Bemposta, Villa Cesari, NAC – Núcleo de Atletismo de Cucujães, Amigos da Terra, entre outras, numa jornadas que culminarão com uma tertúlia e animação cultural. “Temos vindo a constatar ao longo destas jornadas que há um trabalho muito sério das associações na área cultural, desportiva, mas também no âmbito da prevenção de altos riscos associados à juventude, como a toxicod dependência”, afirmou ao “Acção Socialista” a presidente da



Concelhia, camarada Helena Terra.

A também deputada à Assembleia da República e vice-presidente do GP/PS sublinhou o trabalho realizado na Villa Cesari, envolvendo

cerca de 300 jovens em 14 secções, em áreas de actividade que vão do atletismo ao teatro.

Por outro lado, Helena Terra adiantou que foi já lançado um blog, cujo endereço é agiragora.blogspot.com, que divulgará as iniciativas realizadas neste âmbito, assim como lançará o debate sobre as várias acções levadas a cabo pela e para a juventude e que permanecerá para além das jornadas, como

um meio de interacção entre todos os oliveirenses, jovens e menos jovens. O que nele se propõe, sublinhou, “é que possamos agir agora para que o futuro seja melhor”.

## 3 PERGUNTAS A HELENA TERRA, PRESIDENTE DA CONCELHIA DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS

### “Temos uma das câmaras mais endividadas e pior pagadoras”

**Quais as principais conclusões que retira da realização das jornadas sobre “Indústria e empreendedorismo”?**

As jornadas realizadas no mês de Junho dedicadas à indústria e ao empreendedorismo permitiram concluir pela riqueza do tecido empresarial de Oliveira de Azeméis; quer pelo número e valia das nossas empresas quer pela grande diversidade de sectores de actividade. Actualmente, Oliveira de Azeméis conta com 1920 empresas, espalhadas por todas as 19 freguesias que compõem o nosso concelho, embora a maior concentração empresarial se situe nas freguesias de Oliveira de Azeméis, Cucujães, S. Roque, Cesar, Nogueira do Cravo e Santiago de Riba-Ul.

Embora o nosso tecido empresarial abranja os três sectores fundamentais de actividade, o primário, o secundário e o terciário, é o sector secundário o mais forte e onde se registam 79% das empresas em actividade. Aqui, é o subsector do calçado que regista o maior número de empresas e também o que emprega um maior número de trabalhadores, uma vez que é um sector com forte dependência da mão-de-obra; todavia, é o subsector dos moldes, metalomecânica e dos plásticos onde se regista a maior produtividade do trabalho e que evidencia uma melhor dinâmica, sucesso e preparação dos seus empresários e dirigentes.

Apesar de, em algumas áreas de actividade haver uma grande componente de alta tecnologia (indústria dos moldes), ainda não se pode falar da existência de trabalhadores científicos no nosso tecido empresarial, onde predomina aquilo que podemos designar por nível médio de competências. No que toca às grandes e médias empresas, que totalizam cerca de uma centena, nota-se uma maior preparação e dinamismo dos nossos empresários; sendo que ao nível das pequenas e microempresas a classe empresarial denota baixo nível de formação e actualização.

A nossa indústria contribui em larga medida para as exportações do nosso país, sendo que por exemplo a indústria da metalomecânica e dos moldes é a que mais contribui para a criação do volume de riqueza, uma vez que é a que regista maior valor acrescentado bruto total.

Não obstante a conjuntura económica global desfavorável, o volume de negócios e a conse-

quente criação de riqueza das nossas empresas, embora com variações, têm vindo a crescer consecutivamente desde 2001. E se é certo que, também nesta zona, o desemprego aumentou, este continua a ser o concelho com a taxa de desemprego mais baixa do entre Douro e Vouga, pouco acima dos 4%.

Muito mais poderia dizer a este propósito mas isso assumiria um “formato” que penso que não é o se pretende com esta entrevista; mesmo assim, não quero deixar de salientar a esperança e o espírito de luta contra todas as adversidades que nos foi manifestado, regra geral, pelos empresários e empreendedores locais com quem efectuámos sessões de trabalho.

**Para Julho estão anunciadas outras jornadas, desta feita sobre juventude. Pode fazer-se uma associação directa entre juventude e empreendedorismo?**

É evidente que se pode, eu diria mesmo que se deve fazer uma associação directa entre juventude e empreendedorismo; empreender é começar qualquer coisa que se desenvolverá a seguir; é ousar; é ter arrojo para iniciar uma coisa nova com os olhos postos no futuro; ora, sem empreendedorismo e sem juventude e já agora sem uma nova perspectiva do exercício da gestão e dos poderes públicos, o futuro do concelho de Oliveira de Azeméis será muito triste.

**No âmbito da Concelhia do PS que actualmente lidera, quais os seus principais projectos?**

Quando, no mandato anterior ao que agora decorre, assumi a liderança da concelhia do PS de Oliveira de Azeméis, pouco depois das últimas eleições autárquicas que foram ganhas pelo PSD (força partidária que sempre liderou o executivo municipal neste concelho), pus em marcha uma alternativa de poder em Oliveira de Azeméis. Temos vindo a assumir uma oposição frontal ao poder autárquico instalado, acomodado e desnorreado. Em todas as circunstâncias em que discordamos, apresentamos sempre, repito, sempre, uma alternativa. Temos estado no terreno, visitámos todas as freguesias do concelho, reunimos com os vários agentes da comunidade; somos sempre os primeiros e muitas vezes os únicos a emitir opinião sobre todos os factos e



ou situações que importam à causa pública.

Este é um concelho que há cinco décadas atrás foi uma referência regional para todos os concelhos vizinhos; hoje também é, mas pelos piores motivos. Somos um concelho com uma baixíssima taxa de cobertura de rede de água e saneamento; somos um concelho que, apesar do seu riquíssimo tecido empresarial, não possui uma única zona industrial digna desse nome; somos um concelho onde depois da elaboração do PDM não foi efectuado um único plano de pormenor; somos um concelho grande, disperso e com uma péssima rede de acessibilidades; somos um concelho que, sendo berço de Ferreira de Castro, inaugurou apenas há escassos dias atrás a sua primeira biblioteca; somos um concelho sem infra-estruturas desportivas básicas; somos um concelho descaracterizado quer do ponto de vista de património a preservar quer do ponto de vista do ordenamento do território; somos um concelho onde, não só os poderes públicos municipais não têm sabido preservar o nosso passado colectivo, como não têm sabido perspectivar o nosso futuro comum; somos um dos concelhos que mais impostos directos arrecada, mas, mesmo assim, temos uma das câmaras mais endividadas e pior pagadoras do país...

Mas, somos um concelho onde a iniciativa privada cria riqueza como em muito poucos outros, e onde o povo é solidário e se motiva pela entrega à causa comum; demonstrativo disso mesmo é, por um lado, o nº de empresas que lhe referi no início e por outro, o nº de associações, de cariz diverso, existentes e que neste momento está muito próximo das duas centenas. E portanto, eu acredito que, apesar do tempo que os sucessivos executivos do PSD nos têm feito perder, esta minha/nossa terra ainda pode ter futuro e esse é o principal projecto que tem a concelhia a que eu presido – apresentar aos oliveirenses um projecto de poder autárquico que não protele o futuro há tanto adiado.

## AUTARCAS SOCIALISTAS DE VISEU REÚNEM-SE EM CONVENÇÃO DISTRITAL

DIRIGENTES, autarcas e militantes socialistas reuniram-se recentemente em Santa Comba Dão, Viseu, na Convenção Autárquica Distrital marcada pelo balanço positivo do que tem sido a actividade governativa em geral e, particularmente, no que diz respeito ao exercício do poder local, analisando ainda dos repositos que se apresentam no futuro na gestão dos concelhos na actual conjuntura.

Nesta iniciativa organizada pela Federação do PS/Viseu, o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, fez uma síntese da actividade governativa e dos desafios que se colocam ao PS até final da legislatura. Falou, nomeadamente, da credibilidade que foi devolvida à acção do Executivo e às instituições, da confiança oferecida aos agentes económicos e de um vasto movimento de reformas para modernizar Portugal.

Por sua vez, o secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, trouxe à memória toda a evolução legislativa no poder local, vincando o reforço estratégico nos meios, atribuições e competências que estão a ser cometidas às autarquias.

A partilha de responsabilidade na definição e cobrança de impostos, o controlo do endividamento e o esforço por uma gestão mais eficaz e transparente foram também matérias destacadas pelo governante, para quem o poder local é um instrumento que pode promover e promove uma qualificação mais acelerada da qualidade de vida das populações.

Já o líder da Federação de Viseu, José Junqueiro, apelou à mobilização geral para os combates políticos global, autárquico e governativo que se aproximam.

Refira-se que nesta Convenção Autárquica do distrito de Viseu foram também oradores Leonel Gouveia, presidente da Comissão Política Concelhia de Santa Comba Dão, Afonso Abrantes, presidente da Câmara de Mortágua, Maria Manuel Leitão Marques, secretária de Estado da Modernização Administrativa, António Borges, presidente da Câmara de Resende, Armando Martins, antigo director-geral das Autarquias Locais, e Pereira Pinto, presidente da Câmara de Cinfães.





OPINIÃO



AGOSTINHO GONÇALVES  
Deputado do PS

*O caminho para a Paz passa necessariamente pela justiça e não é justo haver fome. Onde há fome há revolta*

## CONSTRUÇÃO DA PAZ NO MÉDIO ORIENTE

A COMISSÃO de Política, de Segurança e Direitos do Homem, da Assembleia Parlamentar Euro-Mediterrânica, reuniu no passado dia 30 de Junho em Bruxelas. Vários assuntos constavam da ordem de trabalhos mas, para mim, o mais relevante foi a exposição do embaixador Alain de Roy sobre o Processo de Barcelona: uma União para o Mediterrâneo. Começou por referir a vantagem da participação de representantes da sociedade civil, das colectividades locais, das empresas, insistindo na dimensão parlamentar, tudo, para dar mais visibilidade ao Projecto. De notar a particular ênfase à iniciativa do Presidente francês Nicolas Sarkozy para a realização da Cimeira em Paris sobre a União para o Mediterrâneo com a presença de 44 chefes de Estado e de Governo: 27 países da União Europeia convidados, assim como 12 países que já fazem parte do Processo de Barcelona, a Líbia na qualidade de observador, quatro outros países do Mediterrâneo, Bósnia, Croácia, Montenegro e Mónaco e ainda instituições europeias, presidente do Parlamento Europeu, presidente da Comissão Europeia, secretário-geral da Liga Árabe, o presidente da União Africana e o Emir do Qatar. O objectivo é dar impulso político nas relações entre Estados. Para o efeito, haverá uma presidência repartida entre um Estado membro da UE e um Estado do Mediterrâneo que será secretariado por países que se candidatam sendo que já se manifestaram Tunísia, Marrocos e Malta e um Comité Permanente.

Neste mesmo impulso há quatro projectos de desenvolvimento:

1. A despoluição do Mediterrâneo
2. O desenvolvimento da energia solar
3. A auto estrada do Mar
4. Protecção Civil

Todos estes projectos serão necessários. Mas interroguem e interrogo-me porque não consta o desenvolvimento da agricultura para dar uma solução da carência alimentar a alguns povos. Povos que procuram a Europa para fugirem à fome.

O caminho para a Paz passa necessariamente pela justiça e não é justo haver fome. Onde há fome há revolta.

A União para o Mediterrâneo é uma grande iniciativa política e constitui juntamente com o Processo de Barcelona um passo significativo para o melhor entendimento entre os povos.

## Socialistas querem voto presencial dos emigrantes

O PARTIDO Socialista apresentou para discussão e aprovação no Parlamento um projecto de lei que visa acabar com o voto por correspondência dos emigrantes portugueses já nas próximas eleições legislativas de 2009.

A exemplo do que já sucede nas eleições para a Presidência da República, os socialistas querem agora estender o voto presencial dos emigrantes também para as eleições da Assembleia da República, tornando, na sua perspectiva, o acto mais dignificante e transparente.

Para o deputado socialista José Lello, a metodologia agora proposta pelo PS tem a evidente vantagem, como defendeu, de se evitar que continuem a votar eleitores que já morreram, algo que, diz, não só destorce o sentido democrático de umas eleições, como proporcionará e facilitará uma reorganização, há muito desejada e reclamada, dos cadernos eleitorais.

Outras das vantagens que o PS vê neste diploma, que deverá ser agendado para discussão já em Setembro, quando a Assembleia da República retomar os trabalhos parlamentares, e ao contrário do que se passa actualmente



com o voto por correspondência, é de um vizinho, fotocopiar os seus documentos e a partir daí ficar habilitado a votar por ele. R.S.A.

### BREVES

#### Uso da Banda Larga triplica em Portugal

COM base num estudo recentemente encomendado pelo Gabinete do Pano Tecnológico, ficou a saber-se que o uso regular da Banda Larga, na área da Educação e da Justiça, triplicou desde que a iniciativa foi promovida há cerca de dois anos.

Segundo estes estudos, 87% dos organismos da Administração Pública têm hoje acesso à Internet de Banda Larga, assim como 30% das famílias e 76% das empresas, para além da totalidade das escolas públicas.

Este enorme avanço registado em Portugal nos últimos dois anos no uso da Internet de Banda Larga permite que os cidadãos tenham já em cerca de 90% acesso online aos serviços públicos, as empresas 100%, percentagem que se estende também aos investimentos tecnológicos ao serviço da mobilidade, como a construção do novo aeroporto de Lisboa, o comboio de Alta Velocidade e o projecto para o carro eléctrico da Nissan-Renault.

As iniciativas Empresa na Hora, o programa e-escola, as Novas Oportunidades, o Cartão do Cidadão e a entrega das declarações de IRS através da Internet estão entre as mais procuradas pelos cidadãos.

#### Ensino do português no estrangeiro

O GOVERNO quer que a língua portuguesa, falada em quatro continentes por mais de 230 milhões de cidadãos, passe a assumir um carácter de maior importância e mais de acordo com o peso que representa no mundo.

Neste sentido, o Executivo liderado por José Sócrates vai anunciar o lançamento de um plano sobre a internacionalização da língua portuguesa, entretanto já efectuado e entregue ao Governo pelo reitor da Universidade Aberta, Carlos Reis, estudo esse feito a pedido dos ministérios da Educação e dos Negócios Estrangeiros, com o objectivo de promover o ensino da língua portuguesa no estrangeiro, e que será divulgado em detalhe aquando da realização da cimeira de chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) que terá lugar em Lisboa, nos próximos dias 24 e 25 de Julho.

#### Segurança rodoviária

O MINISTÉRIO da Administração Interna acaba de lançar uma nova campanha de segu-

rança rodoviária, denominada "Mortes na Estrada, Vamos Travar este Drama - Verão 2008".

Na cerimónia de apresentação desta iniciativa esteve o ministro Rui Pereira, acompanhado do secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna, José Magalhães e do secretário de Estado da Protecção Civil, José Miguel Medeiros.

#### Informação judicial

ACABA de ser criado, no âmbito do Ministério da Justiça, um novo espaço de acesso à Justiça (INFOJUS), localizado nas Caldas da Rainha.

Trata-se de um novo serviço de informação sem custos associados e que tem por objectivo principal disponibilizar apoio ao cidadão em tudo o que se relaciona com a problemática da Justiça.

Com efeito, o INFOJUS tem como finalidades promover o acesso ao direito e aos tribunais, esclarecendo as dúvidas jurídicas dos cidadãos que a ele recorram encaminhando-os para os serviços certos e dando-lhes as respostas mais adequadas como tribunais judiciais, julgados de paz, sistemas de mediação, centros de arbitragem, polícias, conservatórias, autarquias,

serviços de consulta jurídica, apoio judiciário e Segurança Social.

#### Balcão Único

A REDE de balcões únicos, que o Governo tem vindo a implementar desde há três anos, de modo a tornar os serviços mais simples, menos burocráticos e menos dispendiosos, vai ser ampliada dos actuais 431 para 658 balcões, o que representa a criação de mais 227 equipamentos deste tipo a nível nacional.

Com este passo, serão criadas 29 novas dependências para o registo de recém-nascidos nas maternidades e hospitais, incluindo, pela primeira vez, os privados, além de oito novos postos para a criação de sucursais, 75 para aquisição de imóveis, 45 para resolver heranças e divórcios, 32 para solicitar documentação automóvel e 16 para a criação de empresas.

O êxito desta iniciativa do Governo está bem patente nas mais de 50 mil empresas que foram criadas nos balcões únicos ao longo dos últimos três anos e nos mais de quatro milhões e meio de pessoas que usaram estes equipamentos para pedir documentos únicos automóvel, o que prova, na opinião do secretário de Estado da Justiça, Tiago Silveira, que a "vida dos cidadãos ficou efectivamente mais simples". R.S.A.



# Prioridade sem precedentes a Angola



**Portugal deu um sinal político da maior importância a Angola ao atribuir-lhe uma prioridade sem precedentes nas parcerias económicas e na cooperação. Esta a mensagem deixada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, durante a sua recente visita de trabalho a este país africano de língua oficial portuguesa, durante a qual reforçou a ideia de que ambos estados vivem hoje “uma nova era nas relações comerciais”.**

EM LUANDA, onde se deslocou acompanhado pelo ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e pelos secretários de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Pina, e dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, João Gomes Cravinho, José Sócrates, anunciou um alargamento para 500 milhões de euros da linha de seguro ao crédito para investimentos em Angola, cujo tecto de 300 milhões de euros já se encontrava esgotado, a criação de uma linha de crédito à ajuda, no valor de 100 milhões de euros, da Caixa Geral de Depósitos, e de uma outra de crédito da banca, de 500 milhões de euros.

Estas linhas – consagradas em quatro acordos assinados pelos ministros das Finanças de ambos países – representam um montante total de 1100 milhões de euros.

Mas, nesta deslocação de 24 horas centrada essencialmente nas relações comerciais, houve também espaço para a reafirmação da cooperação na educação.

Sócrates selou, pois, um acordo que estabelece que o nosso país vai enviar 200 professores de português para Angola no próximo ano.

Os primeiros professores chegaram “já este ano”, segundo adiantou no final do encontro com o Presidente da República, José Eduardo dos Santos.

O referido acordo de cooperação insere-se no âmbito do quadro da estratégia de promoção do português – mais especificamente, do Fundo para a Língua Portuguesa –, cujas acções, previstas para um período de

três anos, custarão 16,5 milhões de euros, sendo destinadas a melhorar o ensino secundário angolano em quatro províncias: Cunene, Benguela, Moxico e Cuanza Sul.

Os docentes portugueses vão apoiar igualmente o desenvolvimento do sistema educativo de Angola no domínio da formação de professores do ensino básico.

Também na capital angolana, José Sócrates reuniu-se com o seu homólogo, Fernando da Piedade dos Santos, e presidiu ao dia de Portugal na Feira Internacional de Luanda (Filda), na qual estiveram representadas 103 empresas portuguesas.

Na ocasião, Sócrates afirmou ser “um prazer poder assistir a um país com dinamismo, vibração, com entusiasmo e com consciência do seu futuro” e manifestou a confiança de Portugal no povo angolano, em

Angola, no Governo angolano e no trabalho que este tem desenvolvido e que tem contribuído para que este país africano seja, actualmente, “um dos que mais tem crescido economicamente”.

Dirigindo-se aos muitos empresários portugueses que apostaram em Angola, o primeiro-ministro referiu que estava ali para os homenagear e para os incentivar a prosseguirem a sua acção de investimentos naquele país lusófono.

Depois, em reconhecimento do esforço destes empresários em prol do desenvolvimento e do crescimento angolano, venceu que é “desse empenho e vontade que se está a construir todos os dias uma Angola melhor e um Portugal melhor”.

Nesta sua deslocação, Sócrates anunciou também a criação de uma comissão mista de avaliação dos vistos para “agilizar e melhorar” o processo de emissão, que foi alterado com a nova Lei da Imigração angolana, em vigor desde o início de 2008.

A este propósito, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, Gomes Cravinho, referiu que Portugal e Angola vão trabalhar na possibilidade de um acordo de supressão de vistos turísticos (por 90 dias), à semelhança do que acontece com outros países como o Brasil.

## ACORDO PARA PROTECÇÃO RECÍPROCA DE INVESTIMENTOS

VISANDO proteger os investimentos mútuos de Portugal e Angola, o Governo português aprovou recentemente um acordo entre os dois países assinado em Fevereiro deste ano.

O acordo vem facilitar a cooperação económica entre Portugal e Angola, “criando con-

dições favoráveis ao investimento de capitais, à intensificação da cooperação entre nacionais e sociedades, privadas ou de direito público, designadamente nos domínios da tecnologia, da industrialização e da produtividade”, lê-se no comunicado do Conselho de Ministros.

O acordo permite também – prossegue o texto – estabelecer um “fluxo internacional de capitais adequado, respeitando a soberania e as leis do Estado e protegendo a transparência de capitais com vista à promoção da prosperidade económica dos dois países”.

### OPINIÃO



**LUÍS MIGUEL FERREIRA**  
S. João da Madeira

*Também na Justiça as reformas implementadas pelo Governo estão a ter resultados práticos*

## JUSTIÇA SEJA FEITA!

A DISCUSSÃO em torno dos problemas da Justiça não se pode reduzir ao que se passa nos Tribunais. Quando se fala de Justiça, geralmente as pessoas apenas se referem ao tempo excessivo que medeia entre o início de um processo e o seu desfecho, esquecendo-se tudo o que está para além destes dois simples actos.

Sem pretender ignorar todo o esforço que está a ser feito por este Governo no sentido do descongestionamento dos tribunais ao nível, por exemplo, da reforma da acção executiva, era necessário termos a consciência de que há muito mais vida na Justiça para além dos Tribunais. De facto, todo o projecto de desmaterialização, eliminação e simplificação de actos e processos na Justiça, para além de abranger os tribunais, abrange igualmente os serviços de registo. E neste aspecto, importaria sublinhar alguns resultados já evidentes. Por exemplo:

1. A Empresa na Hora levou a que seja hoje possível criar uma empresa em Portugal num tempo médio de 37 minutos, sendo que 70% das sociedades em Portugal são já constituídas por esta via que se apresenta, inclusivamente, mais barata que a via tradicional. Foram já mais de 54.000 empresas constituídas na hora, num dos 117 postos de atendimento espalhados pelo país.
2. Só em Junho de 2008, foram criadas, por dia, 11,6 empresas on-line.
3. Até final de Junho de 2008, foram emitidas mais de 752.300 certidões permanentes via Internet, um tipo de certidão que elimina por completo a respectiva versão em papel.
4. Até final de 2007 foram entregues mais de 405.000 Informações Empresariais Simplifica-



das. A IES substituiu as obrigações de prestação de informações às conservatórias do MJ, ao INE, ao Banco de Portugal e às Finanças que antes eram realizadas em 4 momentos diferentes.

5. Até Janeiro de 2008, tinham sido já publicados on-line mais de 1 milhão de actos das empresas que antes, para além de mais caros, era obrigatório constarem da III série do DR. Estima-se que as empresas poupem com este serviço entre 15 e 17 milhões de euros por ano.
6. Até Junho de 2008 mais de 45.700 crianças foram registadas nas unidades de saúde onde nasceram.
7. Até final de Junho de 2008 foram realizados mais de 5520 procedimentos Casa Pronta que permite, no mesmo balcão, celebrar contratos de compra e venda ou hipoteca, pagar impostos, pedir isenção do IMI e fazer registos de aquisição ou hipoteca.
8. Em pouco mais de meio ano, já se constituíram 627 Associações na Hora.
9. Até Junho de 2008 foram já emitidos mais de 4.699.000 certificados de matrícula no âmbito do projecto Documento Único Automóvel, um documento que substitui o livrete e o título de registo de propriedade.

Estes exemplos mostram, claramente, que também na Justiça as reformas implementadas pelo Governo estão a ter resultados práticos, quer na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos quer no alívio burocrático e fiscal do contexto em que as empresas operam em Portugal. E isto é feito com o reconhecimento diário por parte dos cidadãos e das empresas, estando a prova no elevadíssimo grau de utilização destes novos serviços. E não reconhecer isto seria, portanto, uma grande injustiça!



# “Política agrícola visa re e da coesão

ENTREVISTA AO MINISTRO DA AGRICULTURA, JAIME SILVA, PELOS LEITORES DO “ACÇÃO SOCIALISTA”

O reforço da competitividade da agricultura e o princípio da coesão territorial encontram-se plasmados no Plano de Desenvolvimento Rural aprovado pelo Governo e dão resposta coerente aos problemas da agricultura em Portugal, afirma o ministro da Agricultura. Em entrevista ao “Acção Socialista” conduzida pelos nossos leitores, Jaime Silva considera que a globalização pode ser uma oportunidade para a nossa agricultura e destaca o lançamento do PRODER, que assegura 3500 milhões de euros de ajudas para a modernização da agricultura portuguesa em sete anos, como uma das mais importantes medidas levadas a cabo pelo seu ministério.

## De Cristina Rocha

**A nossa agricultura modificou-se muito nos últimos 30 a 40 anos. Muitos factores internos contribuíram para isso, tal como a adesão à União Europeia e a globalização. Os novos desafios e dificuldades da globalização podem ser uma oportunidade para a agricultura portuguesa?**

A globalização significa mais concorrência, sendo nossa a responsabilidade de a assumir como uma oportunidade e não como um problema.

O Plano de Desenvolvimento Rural, ao eleger como prioritário o eixo da competitividade (no mínimo, 45% dos montantes de despesa pública prevista para os próximos sete anos, no valor de 4 600 milhões de euros) visa justamente preparar a agricultura para esse desafio. O apoio ao investimento numa lógica de fileira (produção, transformação, promoção e exportação), valorizando sectores onde temos reais potencialidades (vinho, frutas e legumes, azeite – sectores que representam mais de 50% do produto agrícola nacional – e floresta), visa precisamente produzir mais, melhor e diferente. É esta a estratégia que decidimos implementar.

## De Carlos Costa

**Um dos temas mais discutidos nos últimos meses tem a ver com os produtos regionais. Quais são as medidas previstas para a defesa e divulgação dos produtos regionais portugueses, verdadeira fonte de riqueza da economia nacional?**

Em primeiro lugar, gostaria de ser muito claro: a legislação comunitária não põe em causa, nem nós o aceitaríamos, os produtos tradicionais!

Agora, a sua defesa passa essencialmente pela sua divulgação e pela sua comercialização. Contrariamente ao que se passou até hoje, não basta criar uma Denominação de Origem Protegida (DOP) ou uma Indicação Geográfica (IG). Temos que divulgar esses produtos para que a sua produção tenha sustentabilidade económica.

Importa pois garantir-lhes apoios para esse salto qualitativo através do PRODER (Plano de Desenvolvimento Rural), no eixo 3 e evitar legislação complexa, burocrática, com custos administrativos desnecessários.

Por isso, o Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas (MADR) criou um sistema de registo simples

para os produtores de produtos tradicionais, que produzem em pequenas quantidades para comercializar nos mercados regionais. Está igualmente publicada a lista dessas pequenas quantidades.

Para os produtos DOP e IG, poderão ser solicitadas a Bruxelas as derrogações que se considerarem necessárias para manter a sua produção. Foi solicitado a todas as associações que indicassem os casos em que tais derrogações se justificassem

## De Celso Guedes de Carvalho

**Para quando uma campanha institucional de promoção e incentivo ao consumo dos produtos agro-alimentares portugueses?**

O Programa de Desenvolvimento Rural em vigor prevê apoios à promoção e incentivos ao consumo de produtos agro-alimentares. Isto, para lá, obviamente, de outras campanhas promocionais de iniciativa pública previstas, por exemplo, no âmbito do novo regime para o vinho.

## De Miguel Antunes

**O senhor ministro fala em mudança. Todavia, após mais de 20 anos de adesão à União Europeia e 26 mil milhões de euros de fundos públicos, como se explica que o valor da nossa agricultura seja praticamente o mesmo dos anos 80?**

Justamente, porque durante anos, seguimos as orientações da Política Agrícola Comum essencialmente viradas para a agricultura do centro e norte da Europa, apostando, por isso, em culturas mais subsidiadas e não naquelas em que poderíamos produzir melhor e até diferente dos nossos concorrentes.

## De Fernanda Almeida

**O Governo aboliu a electricidade verde por se terem detectado fraudes. O senhor ministro não acha que pagou o justo pelo pecador? Não pondera rever esta medida num momento em que o preço da energia é tão importante para a nossa economia?**

A electricidade verde foi abolida, não apenas pela questão das fraudes, mas também porque o essencial das verbas nela gastas beneficiava agro-indústrias e os agricultores que a ela recorriam representavam menos de 10% do total.

Ou seja, era uma medida que tinha muito pouco impacto no global da agricultura,



mas que tinha sim, muito impacto no Orçamento de Estado português, 18 milhões de euros/ano.

## De José Francisco, Castelo Branco

**A minha família trabalha a terra desde sempre. Tenho 22 anos e sinto que esta actividade tem pouco futuro e pouco reconhecimento na sociedade. Quais os argumentos que entende mais importantes para convencer um jovem a apostar profissionalmente na agricultura?**

Com a situação de alta de preços dos bens alimentares a que assistimos e a procura crescente dos mesmos a nível mundial, situação que não é conjuntural, a sociedade actual redescobriu, por um lado, a importância da produção agrícola, e por outro lado, que a agricultura pode remunerar o investimento feito, constituindo uma actividade lucrativa e de futuro.

## Joaquim Lopes

**Como se compreende que três anos depois da entrada em funções do nosso Governo, se mantenha a situação de mais de metade do preço do peixe ficar nas mãos de intermediários? O que acha que se pode fazer?**

Fica nos intermediários uma parte significativa do preço do pescado por vários motivos. Em primeiro lugar, o pescador entrega o seu peixe na Docapesca e não se envolve nos passos subsequentes da comercialização até à venda; em segundo lugar, a Docapesca limita-se a intermediar a primeira venda, sem mecanismos de salvaguarda de preços mínimos. Acresce dizer que, sendo uma empresa tecnicamente falida, nunca houve, até hoje, a coragem de alterar o seu funcionamento.

Finalmente, há que dizê-lo, o associativismo no mundo da pesca não está ainda suficientemente desenvolvido. Onde existem

# forço da competitividade o territorial”



organizações de pescadores estruturalmente organizadas, as mais-valias são melhor repartidas.

Convém lembrar que uma das soluções passa pela entrada do sector da pesca na comercialização e transformação, como é exemplo, o sector da filetagem do peixe.

## Rosário Almeida

**Nos últimos dias reclamou-se a isenção temporária do pagamento das Contribuições Mensais dos Agricultores para a Segurança Social e a suspensão do Decreto-Lei que estabelece o novo tarifário com aumentos para o preço da Água. Qual a sua opinião?**

No que se refere à isenção temporária do pagamento das contribuições para a Segurança Social, convém ter presente que o Governo conseguiu com a reforma da Segurança Social assegurar a sua sustentabilidade, pelo que, qualquer redução das con-

tribuições poderia pôr em causa essa mesma sustentabilidade e a garantia das reformas.

Além disto, a isenção das contribuições não resolve em si a questão do aumento dos preços dos combustíveis.

Quanto à Lei da Água, convém referir que há uma directiva que impõe, no máximo, até 1 de Janeiro de 2010, a aplicação de um tarifário. Sucede que, quer o montante da taxa da água aprovado em Conselho de Ministros, quer a taxa de eficiência considerada, foram fixadas de maneira a que essa taxa não fosse um entrave adicional à sustentabilidade das explorações agrícolas.

Há que não esquecer que a gravidade das alterações climáticas exige respostas urgentes, sendo que a utilização racional da água é uma delas.

## Daniel Couto

**O ministro Jaime Silva apresenta uma imagem pública civilizada e “europeia”,**

**que por vezes contrasta com a excessiva “ruralidade” dos representantes do sector, de tal modo que essa imagem, apresentada como tecnocrática, acaba por ser explorada negativamente na opinião pública.**

**Não seria oportuno o ministro Jaime Silva reafirmar com clareza o balanço dos resultados concretos da actuação imprimida ao Ministério Agricultura e Pescas?**

Entre as muitas medidas levadas a cabo, em jeito de balanço poderemos invocar as seguintes:

- Lançamento do PRODER, que representa um pacote financeiro negociado por este Governo com Bruxelas que assegura aos agricultores portugueses 3 500 milhões de euros de ajudas para a modernização da agricultura portuguesa em sete anos a que se juntam cerca de 1 mil milhões do orçamento nacional.
- A reforma do Ministério, com uma redução efectiva de cerca de 12 mil para sete mil funcionários, diminui estruturalmente as despesas de funcionamento

Ainda em termos de balanço, há que dizer que nos princípios orientadores do Plano de Desenvolvimento Rural está, por um lado, o reforço da competitividade da agricultura portuguesa e, por outro lado, o princípio da coesão territorial, isto é, há um plano para aplicar em todo o país e para todos os agricultores, e até com ajudas acrescidas para os pequenos agricultores.

## Daniel Couto

**Ao percorrer o Norte e Interior do País, assaltam as imagens de desertificação populacional, em resultado do também quase completo abandono dos antigos campos e terrenos de cultura agrícola.**

**Seria fácil argumentar contra os que culpam uma má negociação na adesão à União Europeia. Contudo, face ao agravamento das condições económicas actuais, não será importante e pedagógico salientar e explicar as potencialidades e as expectativas da transformação e modernização do sector, como forma de aumentar a empregabilidade, sustentabilidade paisagística e aumento da**

“ A reforma do Ministério, com uma redução efectiva de cerca de 12 mil para sete mil funcionários, diminui estruturalmente as despesas de funcionamento com o próprio Ministério, libertando verbas do Orçamento de Estado para investimento ”

com o próprio Ministério, libertando verbas do Orçamento de Estado para investimento.

Acresce dizer que esta reforma se fez sob o princípio orientador da descentralização. No futuro, menos de 25% dos funcionários estarão nos organismos centrais, ou, dito de outra forma, cerca de 80% estarão perto dos agricultores. Na prática, teremos cinco grandes Direcções-Regionais e a descentralização das sedes de três laboratórios: o da investigação na área das pescas para Olhão, o da investigação veterinária para Vairão – Vila do Conde e o de investigação agronómica para Elvas.

- A adopção da Estratégia Nacional para as Florestas – que passou por um plano nacional, o qual inclui 21 planos regionais de ordenamento florestal – que vai orientar o ordenamento florestal nacional através de incentivos financeiros, salvaguardando as suas valências produtivas, ambientais e paisagísticas.
- A reforma da OCM vinhos durante a presidência portuguesa da União Europeia serviu para, para lá de assegurarmos em média 71 milhões de euros para a vitivinicultura nacional, garantir margem de manobra para sermos nós a definir a política que mais interessa ao futuro da nossa vitivinicultura.

## independência alimentar nacional?

A agricultura é seguramente uma das actividades que pode contribuir para o ordenamento do território e para combater o abandono rural, até porque está presente em 80% do território nacional. Assim, importa que o novo Plano de Desenvolvimento Rural e os 3 500 milhões de euros negociados em Bruxelas sejam aplicados segundo princípios de coesão territorial, complementados com medidas que garantam outra atractividade à agricultura e simultaneamente valorizem os espaços rurais.

Assim, as medidas de apoio ao incentivo ao investimento na modernização das explorações são completadas com medidas específicas de apoio à pequena agricultura e de apoio a actividades que, não sendo directamente de agricultura, ajudem a completar o rendimento dos agricultores, através da valorização dos seus produtos, do turismo rural, etc. Ora, neste programa, o Governo duplicou os apoios à diversificação dessas actividades face ao quadro anterior.

A excelência da produção de vinhos, que ganham medalhas e prémios em todo o mundo, a força do sector do leite, das hortofrutícolas, são os melhores exemplos contra o pessimismo de alguns que não acreditam nas nossas capacidades de fazer mais e melhor.



OPINIÃO



**CARLOS ZORRINHO**  
Coordenador nacional da Estratégia de Lisboa e do Plano Tecnológico

## CHOQUE PETROLÍFERO - UMA OPORTUNIDADE

O TERCEIRO choque petrolífero associado a uma das maiores crises financeiras que assolaram a economia mundial nas últimas décadas constitui uma forte ameaça, mas também abre janelas de oportunidade para os países e os territórios que mais rapidamente se adaptarem aos novos desafios.

Portugal como economia pequena e aberta ao exterior é extremamente vulnerável aos choques externos. A boa notícia é que também tem, sobretudo agora que consolidou as contas públicas e melhorou a capacidade

**Tirar partido da oportunidade de inovar em sectores críticos para a economia mundial que vai emergir da crise actual**

empresarial e a cultura empreendedora (de acordo com os primeiros indicadores de impacto do Plano Tecnológico), maior flexibilidade para tirar partido da oportunidade de inovar em sectores críticos para a economia mundial que vai emergir da crise actual.

Portugal é líder mundial nas tecnologias associadas às energias renováveis e tem vindo a aumentar fortemente a sua aposta nestas fontes energéticas. Em simultâneo e não por acaso, foi escolhido por construtores líderes para funcionar, juntamente com a Dinamarca e Israel, como mercado teste para a comercialização de carros eléctricos.

Temos na agenda significativos investimentos no domínio da energia hídrica e eólica e no domínio dos transportes, designadamente com a construção duma rede ferroviária de alta velocidade e duma nova plataforma aeroportuária.

Temos em síntese uma oportunidade única de desenvolver uma plataforma sustentável de mobilidade de nova geração, que sirva para tornar o país mais competitivo e energeticamente autónomo, mas que crie também uma base tecnológica de excelência, capaz de impulsionar as exportações e melhorar a imagem externa do país.

Com uma economia relacional e muito interdependente, não podemos fugir à ameaça da crise global. Mas também nada nos impede de aproveitar as oportunidades que dela decorrem.

# Fausto Correia homenageado pelo PS/Coimbra

PERSONALIDADE de referência no PS, Fausto Correia foi homenageado pelos nossos camaradas da Federação de Coimbra, em cuja sede foi descerrado um busto deste destacado militante e dirigente socialista, falecido em Outubro passado, aos 55 anos de idade.

Na sessão de homenagem, a secretária nacional Idália Moniz reiterou o compromisso do PS de continuar “a honrar o espírito humanista daquele que foi um exemplo para todos nós”.

Idália Moniz foi também portadora de uma mensagem de José Sócrates. “É nestes momentos de maior adversidade que temos de encontrar nas referências como Fausto Correia os traços de união e os motivos fortes para continuar a traçar este caminho”, referiu o secretário-geral do PS no seu texto.

Por sua vez, o presidente da Federação, Vítor Baptista, realçou que o PS de Coimbra homenageava “um dos seus mais brilhantes militantes. Um homem que durante anos liderou a Federação, que percorria vezes sem conta o distrito, que tinha em cada um de nós, independentemente do



momento político, ou do quadro político a que pertencesse, um amigo.”

Depois de lembrar que a sua vida política está associada a Fausto Correia desde 1991/92 quando este se candidatou a presidente da Federação, “em mais um dos seus muitos combates políticos”, Vítor Baptista sublinhou que com o descerra-

mento do seu busto na sede da Federação, “honramos o PS no seu todo nacional, honramos a memória de um camarada, de um amigo, a memória de quem se preocupava muito com o PS, com Coimbra e com o país. Foi um grande presidente de Federação, bem merece estar para sempre junto de nós”.

## Passagem de testemunho na JS

### CONGRESSO NACIONAL

A “VISÃO progressista e não conservadora” da sociedade portuguesa orienta a política do Governo, a qual não se direcciona imediatamente para a juventude, mas para a sociedade, afirmou no dia 20 o secretário-geral do PS, José Sócrates, na sessão de encerramento do XVI Congresso Nacional da JS, que decorreu na Alfândega do Porto.

E sublinhou que “este Governo não tem uma política para a juventude, orientada para favorecer um grupo etário, tem uma política para a sociedade que é boa para a juventude”, numa resposta clara à líder do PSD que na véspera considerara desadequadas as políticas de juventude em Portugal, manifestando-se contra os subsídios a jovens.

O líder do PS referiu que são valores como a “tolerância, a diversidade e a liberdade individual” que levaram este Governo



a lutar pela lei da interrupção voluntária da gravidez, da paridade, da procriação geneticamente assistida e da nova lei do casamento civil.

“São exemplos desta legislação, marcada por um grande avanço social e uma visão progressista para a sociedade”, disse, adiantando que é assim que se “faz a diferença entre a visão progressista e a visão conservadora”.

José Sócrates considerou ainda

que a palavra “oportunidades” é aquela que melhor define o programa do Governo, que “não cede para tratar da vida de ninguém, cede para dar mais oportunidades a todos”.

### Imobilismo e conservadorismo da direita

Retomando uma bandeira que a JS vem erguendo já há anos, o novo líder da JS, Duarte

Cordeiro, que substituiu no cargo Pedro Nuno Santos, afirmou que o casamento homossexual “é uma imposição do princípio da igualdade”, e de, uma vez mais, lutar “contra o imobilismo e o conservadorismo da direita”. É que a JS, frisou, “quer viver no século XXI, a cores, e não no século XX, a preto e branco, de Manuela Ferreira Leite”.

E sublinhou que os jovens socialistas estão empenhados “nesta batalha pelos direitos fundamentais dos cidadãos e cidadãs homossexuais, mas estão cientes de que a alteração da lei se fará através da força reformista do PS e do seu empenho na defesa das liberdades em democracia”.

Sobre a questão do casamento dos homossexuais pronunciou-se na abertura dos trabalhos o líder da bancada do PS, Alberto Martins, que afirmou que esta é uma matéria que deve ser objecto de discussão na próxima legislatura. **J. C. C. B.**